



O time de OPINIÃO está na página 4.

LULA CONCLAMA: UNIDADE PARA DERRUBAR O REGIME

Assim terminou o Encontro de São Bernardo realizado nos dias 2 e 3 últimos, quando Luis Inácio da Silva, o Lula, leu a carta política aprovada por 56 parlamentares federais, 26 estaduais, 45 dirigentes sindicais e cerca de 20 intelectuais. "Embora possa parecer que tenhamos algumas divergências, ficou claro que em muitas coisas nós concordamos e precisamos brigar juntos. Trabalhadores, intelectuais e parlamentares autênticos precisam se unir porque temos um inimigo comum para derrubar; esse inimigo é o regime", conclamou Lula. Veja na página 5 a cobertura do encontro e a íntegra da "Carta de São Bernardo".



IBRAHIM
EXCLUSIVO.

Da greve de Osasco ao sindicalismo de hoje

Entrevista nas páginas 6 e 7

Patrões da imprensa agem como canalhas

Nos últimos dias, os principais defensores de um jornalismo neutro e objetivo perderam as peles. Mostraram que estão muito mais para urubu do que para colibri. Deixaram claro que, de fato, se orientam pelo dito popular "minta, calunie, envenene, que, no final, alguma coisa fica" e não por qualquer neutralidade, mesmo que hipocrita.

Para os que ainda não entenderam, estamos falando, aqui, dos órgãos da grande imprensa, principalmente de "O Estado de São Paulo".

Por mais de 10 dias a grande imprensa deflagrou uma verdadeira guerra contra os jornalistas e sua mal sucedida greve, em São Paulo. Destilou, profusamente, o seu ódio de classe.

Notava-se, justiça seja feita, um canhestro esforço por conciliar a defesa radical de seus interesses com a salvaguarda das falsas neutralidade e objetividade jornalística, que sempre defendem.

Mas, entre a defesa da máscara e a proteção da cara, prevaleceu o que para os patrões era fundamental. Mandaram as farras as aparências e perderam a compostura.

Contudo, uma constatação é óbvia e necessária. Os patrões, representados no caso pelos proprietários daqueles jornais, possuem uma invejável unidade e consciência de classe. Sabem das suas forças e das do inimigo. Percebem, em cada batalha vitoriosa, os movimentos de guerra necessários, não só, ao aprofundamento da derrota e à humilhação de uma companhia, mas ao debilitamento de todo o exército inimigo.

Para alcançar os seus objetivos os patrões não medem recursos. Lançam mão de todos os que sempre estiveram ao seu alcance: da força da polícia, que o Estado burguês lhes favorece, ao poder de corrupção e formação de opinião, que a propriedade privada lhes garante.

Para a verificação destas verdades bastava que se visitasse os piquetes da greve ou que se lesse o artigo "O outro lado da greve" publicado nas edições do dia 4 de "O Estado de São Paulo" e do "Jornal da Tarde".

Nos piquetes, a agressão policial. No artigo, a violência da mentira, da calúnia e do enxovalamento de legítimos anseios de justiça social e de direitos democráticos inegociáveis. Nos dois lugares, o desespero e o pavor reacionários.

Os patrões, atuando de forma sistemática e orquestrada, estão tentando aprofundar a derrota dos jornalistas e transforma-la num enfraquecimento geral do movimento operário-popular. Isto tem sido feito, principalmente, através dos seguintes recursos e falsificações:

1) Usufruindo do monopólio dos meios de comunicação semeiam mentiras no intuito de jogar a opinião pública contra os grevistas. Afirmam sem nenhuma preocupação de apresentar provas, que os grevistas planejavam baleiar fura-greves, ameaçavam mulheres grávidas, espancaram jornalistas (pobres jornalistas), pelo simples fato de terem imaginado (como se a qualidade de grevista facultasse ler o que vai pelo cérebro das pessoas) lutar a greve.

2) Tentam jogar os empregados da administração e os gráficos contra os jornalistas, da mesma forma como visaram esvaziar o apoio popular às greves dos metalúrgicos dizendo que se tratava de uma elite operária que não tinha razão para reivindicar aumentos salariais.

Com esta manobra, procuram transferir para o interior das classes assalariadas o conflito fundamental entre patrão e empregado.

3) Travestidos em defensores do direito ao trabalho defendem, isto sim, o direito do fura-greve contra as decisões majoritárias da categoria. Isto não passa de mais uma tentativa de divisão dos trabalhadores e enfraquecimento da greve como arma de defesa de seus interesses, na medida em que buscam desmoralizar os piquetes atribuindo-lhes um caráter violento e arbitrário. Na verdade o piquete é a manifestação prática das decisões majoritárias dos assalariados e um instrumento garantidor da efetividade destas mesmas decisões.

4) Minando as bases das lideranças dos jornalistas no interior de sua categoria e desgastando o movimento perante a opinião pública, vão facilitando violências contra conquistas fundamentais como a imunidade sindical, demitindo dirigentes sindicais e representantes de redação. A retaliação patronal já atingiu quase 200 jornalistas, muitos dos quais demitidos injustamente por "justa causa".

Os jornalistas, conscientes da derrota, já tomam pé e começam a organizar o recuo, contando com a solidariedade de toda a oposição consequente.

Tanto os que tudo fizeram para evitar a greve — e muito colaboraram para o seu fracasso — como aqueles que, movidos por justas insatisfações semeiam inoportunos movimentos de oposição na categoria, devem refletir sobre a questão, mais do que nunca importante: qual é o inimigo principal?

A unidade se fortalece também com críticas. E o momento é de os jornalistas apontarem os erros cometidos e extrair as lições da greve. Isso deve ser feito, contudo, na perspectiva de uma só palavra de ordem de ação: "Cerrar fileiras contra os patrões".

Você venderia um computador para a ditadura de Pinochet?

A Internacional da Re-
pressão no Cone Sul con-
tinua sendo desvendada
na página 12.

Como foi a greve na Mannesmann

O último capítulo do li-
vro de Ignácio Hernan-
dez, da Oposição Sindi-
cal Metalúrgica de Belo
Horizonte, a ser breve-
mente lançado.

UNE:

e quem perdeu quem ganhou

Um balanço do XXXI Congresso
Nacional dos Estudantes, as
propostas aprovadas e derro-
tadas e as posições das tendên-
cias estudantis.

PEDIDO O FIM DO DOPS GAÚCHO

O deputado do MDB, Américo
Copetti, da Tendência Socialis-
ta, entrou com projeto para
acabar com a polícia política
do Rio Grande do Sul.

PRÓXIMA EDIÇÃO:

Debate com vários membros
do Comando Geral de Greve
e o balanço da diretoria do
Sindicato dos Jornalistas
Profissionais no Estado de
São Paulo.

Pé no saco

Seis bóias-frias estão internados em estado grave na Santa Casa da Misericórdia de Jacareizinho (PR) e cinco outros já estão enterrados. Este foi o resultado de mais um desastre com um caminhão de bóias-frias. Já vai se tornando raro não ver notícias semelhantes nos jornais, enquanto — ignorando (?) tudo isso — o governo procura solucionar o problema dos proprietários rurais. O pacote (ou "saco") da agricultura, criado pelo ministro Delfim Netto, não dá a mínima bola aos empregados rurais.

É preciso que alguém avise ao "doutor Sardinha" que os produtos agrícolas não saem sozinhos da terra para os armazéns e silos dos proprietários. Há gente que planta e colhe esses produtos, e é justamente essa gente que está morrendo, quando não de fome, de desastres.

Como é Delfim? Já que deram um "saco agrícola" aos proprietários, os bóias-frias estão esperando pelo menos um embornal em benefício deles. (RVN)

E OS MOTORISTAS DE ÔNIBUS?



Se manca Somoza

O ditador da Nicaraguá, Anastasio Somoza, agora que percebeu que o coreto está balançando, dirige apelos à população nicaraguense para que pegue em armas em defesa do que ele chama de "soberania nacional", mas que na realidade são seus interesses.

Se o ditador Somoza se mancasse, perceberia que o povo nicaraguense já está em armas há muito tempo, não para defender sua ditadura e sim contra ela. E quanto ao resto de seu papo, a soberania nacional da Nicaraguá está mais ameaçada com Somoza no poder do que com ele sob 7 palmos de terra.

Pau no Somoza que ele merece. — (RVN)

GERAIS

O bruxo da matemática

Apesar da ruindade que são os salários dos empregados nas indústrias de transformação, o novo mago das estatísticas, Mário Simonsen, afirmou que eles (os salários) cresceram muito, que dobraram e redobram de 1961 para cá.

O raciocínio dele é o seguinte: em 1961, os trabalhadores dessas indústrias ganhavam o equivalente a 1,144 salário-mínimo e hoje ganham, em média, 3.891 salários-mínimos.

O que o ministro ignorou — por conveniência — é que o salário-mínimo é que baixou muito. Os salários em geral continuam a mesma josta, ou piores. (RVN).

Homenagem ao Estudante

(Letra escrita nas paredes da Faculdade de Ciências Sociais da USP — para ser cantada com a melodia de "Homenagem ao Malandro", de Chico Buarque).

Eu fui fazer um samba
Em homenagem à nata
Da estudantada que conheço
De "outros carnavais"...
Eu fui a USP e perdi
A pernada
Aquele tal estudantada
Não existe mais...

Agora já não é normal
O que dá de reforma
E populista liberal
Reforma com aparência
De esquerda oficial
Reforma candidata
à União Estadual
Reforma e populista
Numa frente sem igual!
Grupelhos populistas
Rejeitando greve geral.
Um dia se dão mal!

Mas a esquerda prá valer,
Espalha!
Está enfrentando a batalha
Está lutando firme
E trabalha e tal.
Dizem as más línguas
Que "ela está acabada"
E que agora a estudantada
Val ser liberal!
(Breque)
Aqui ó!



E OS DIREITOS DA MULHER?



Ninguém mais quer café

Os industriais da torrefação e moagem de café estão um pouco assustados com a diminuição do consumo desse produto, que por sinal é o mais abundante (e por isso deveria ser o mais barato) do Brasil.

Segundo as estatísticas, em 1969 cada brasileiro consumia em média 5,7 quilos por ano, e em 1978 o consumo foi de 2,7 quilos per capita. Embora se procure outros motivos para explicar o fenômeno (não fica bem para o governo, não é?), a causa principal dos brasileiros tomarem pouco café é sem dúvida o alto preço do produto, em contraste com os salários cada vez mais baixos.

Não adianta o ministro Mário Simonsen inventar números mágicos sobre o aumento dos salários, que a realidade está aí. O nível salarial só está aumentando mesmo na cabeça do ministro, que por sinal nunca ganhou salário mínimo — (RVN)

Pecado mineiro

Segundo os jornais, o presidente Figueiredo manteve-se informado quanto à repressão aos professores grevistas em Minas — ou de a polícia jogou bombas grevistas em Minas — ontos dáguia numa concentração em que se encontram crianças e mulheres grávidas — através do Serviço Nacional de Informações.

Se antes de chegar a Brasília as informações tiveram passado pelo crivo de Francellino (lembram-se das sinopses?), elas dirão ao presidente que em Minas está tudo bem, que houve até uma concentração de professores para apoiar o governo do Estado pela sua ótima atuação. E que houve até um conagraamento entre professores e policiais.

Minas está pagando o pecado de ter iniciado o movimento de 1964. (RVN)

A abertura do Portela

O Petrônio Portela, através do seu Ministério da Justiça (?), está inventando uma nova. Está movendo um processo contra o jornalista brasileiro Jaime Martins, para cassar sua nacionalidade. A alegação é o fato do jornalista ter trabalhado para a Rádio Pequim, emissora oficial da República Popular da China.

Essa é boa. O regime diz que acabou o banimento e quer agora cassar a nacionalidade dos brasileiros de uma vez. Isso é que é abertura. (SA)

FALEGIMENTOS

Orlando Geisel: Faleceu em Brasília na última quinta-feira, dia 31 de maio, o General Orlando Geisel. O general tinha ampla folha de serviços prestados ao regime militar. Foi Ministro no governo Médici e presidente da Petrobrás no governo de seu irmão, Ernesto Geisel. Segundo denúncia de presos políticos, "quando comandante do III Exército, no Rio Grande do Sul, ordenou a prisão de revolucionários e participou diretamente de interrogatórios policiais, na sua área de atuação". Vai apolar o regime assim lá no inferno.

José Maria de Andrada Serpa: Mais um general que se foi. Morreu em Brasília no último domingo, dia 4, vítima de ataque cardíaco. Era comandante do Estado Maior das Forças Armadas e segundo o Jornal da Tarde "sua vocação política se manifestou pela primeira vez no movimento de 1964, no qual juntamente com seu irmão, Antonio Carlos, foi um dos primeiros conspiradores contra João Goulart. São dois a menos.

PMs à paisana assassinam Lilo, um popular de Osasco

O Lilo era muito popular no bairro do Bel Jardim, em Osasco. Acabou fuzilado, no meio da rua, à queima-roupa, na última sexta-feira, por dois policiais militares, que, ilegalmente, "faziam investigações à paisana". Mais um mero crime da polícia?

De nome Silvino Milton Rainho, de 29 anos, Lilo ajudava há um ano na oficina do cunhado. Sua irmã, Sônia Maria Rainho Gonçalves, a mais velha de 14 irmãos, também muito popular em Bel Jardim, ainda tentou socorrer o irmão, jogado no chão pelo impacto de dez projéteis (algumas versões dão conta de sete tiros). Foi lançada dentro do chiqueirinho de uma viatura (os policiais que assassinaram Lilo estavam num volks branco de propriedade da PM), juntamente com o irmão baleado e chamada de vagabunda quando pediu que a assistência a Lilo fosse prestada num Pronto-Socorro do local. Os policiais da viatura preferiram levá-los para o Pronto-Socorro Municipal, distante de Bel Jardim. Quando chegaram lá, Lilo já estava morto.

O corpo foi para o IML (Instituto Médico Legal), onde não foi feito o exame pericial. Nem ao menos o de parafina (que constataria se Lilo chegou a disparar alguma arma, como argumentam os policiais assassinos).

Além de um isqueiro, dois maços de cigarro e seis cruzeiros, Lilo tinha no bolso um folheto do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco. O mesmo Centro que agora assume, na pessoa do seu presidente, o advogado Albertino de Souza Lima, a defesa da memória de Lilo.

No domingo, a região de Bel Jardim ainda estava quente. Um moço do bairro chegou a atirar um copo de pinga dentro de uma baratinha da polícia, tentando incendiá-la. E afirmou: "A polícia sempre prende todo mundo nesta região, falando que aqui não tem homem. Desta vez, os policiais mataram um homem da comunidade. Ora, a sociedade tem suas leis, mas os ricos ficam falando um monte de palavras que os pobres não entendem". (OT)



Só para vovôs

O Departamento de Censura da Polícia Federal vai mudar de nome. Segundo o diretor daquele departamento, com o fim da censura política deverá ser criado um novo órgão, que provavelmente vai se chamar Departamento de Classificação, que deverá apenas classificar pelas idades os produtos culturais e se preocupar apenas com a preservação da "moral e dos bons costumes".

O melhor da história é que com essa de mudar a censura de nome nenhum filme ou peça teatral vai ser liberada nos próximos 40 dias. Ou seja, a censura teve que acabar para que os censores pudessem ver realizado seu grande sonho: censurar simplesmente tudo.

E tem mais. Eu não estou acreditando nem um pouco nesse papo de transformar a censura em classificatória. Logo, logo, vão começar a aparecer revistas, filmes e peças proibidas para menores de 150 anos. (SA)

Saudades do Adhemar

O deputado Antônio Carlos Mesquita (MDB-SP) denunciou um dia destes que o governador indireto dos paulistas, Paulo Selim Maluf, criou numa caceta de só 861 cargos no Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Haja afilhados.

Do jeito que as coisas andam, ainda vamos falar do ex-símbolo da corrupção em São Paulo, Adhemar de Barros, como o Impoluto Adhemar, São Adhemar ou qualquer coisa assim. — (RVN)



O trabalhismo do Setúbal

Os funcionários do Banco Itaú, em São Paulo, não agüentando mais a ruindade da comida que lhes é servida no refeitório do banco, começaram a reclamar. Na agência da avenida Paulista (esquina com a Frei Caneca), muita gente foi procurar o representante da Fundação Itaúclube — simples funcionário como os demais reclamantes — para protestar. O representante levou o protesto do colega adiante e sabem qual foi a atitude do banco? Não, nada de melhora da comida, mas uma simples demissão do representante.

A demissão parece ter sido decidida pelo próprio diretor administrativo do banco, um tal de Espedito Lami, espécie de Laudo Natel do Itaú, que começou sua carreira como o office-boy e foi puxando saco até chegar onde está hoje, cada vez pior e não admitindo sequer reclamação de funcionário.

Alguns bancários atribuem a demissão do colega não somente à reclamação de que ele foi porta-voz, mas também ao fato de ele ser fillado e atuante no MDB.

Enquanto os pequenos ditadores agem no Itaú, o prefeito de São Paulo, sr. Olavo Setúbal, principal acionista desse banco, posa de trabalhista ao lado da herdeira de sobrenome Ivete Vargas. Como é, Setúbal, partido trabalhista é para defender os trabalhadores. Comece pelo seu banco. (RVN)

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Carlos Tibúrcio, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglaça Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Allt, Tom Duarte, Nelson Penabazco, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente).

Suplentes: Paulo Cavalcanti, Valmir Menezes, Luci Ayala, Maria Cândida.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Robinson Ayres.

Secretário de Redação: José Luiz Nadai

Editor Geral: Carlos Tibúrcio

EDITORIAS: Nacional: Flaminio Fantini, Tibério Canuto, Antonio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sérgio Allt, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Cândida, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira. Interacional: Carlos Eduardo Matos, Lio- nio Almeida, Aluisio José Monteiro, Altair Moreira, Cecília Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marinete Oliveira Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. Suplemento Cultural: Flávio Aguiar (Coordena- dor), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valdezer Amorim.

Arte e Produção: Coordenação Geral e Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges. Diagramação: Sérgio Papi. Ilustração: Sian, Martinez, Ca- drinho, Cida, Beto Maringoni, Claudio, Nilson e G.M.D. Fotos: Jesus Carlos e En- nio Brauns Filho; Revisão: Alfredo Maria de Souza, Arquivo e Pesquisa: Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valdezer Amorim.

SUCURSALS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884) Alberto Duarte (Chefe da sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Mi- randa, Lelio Santos Matz Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis Paulo Vilara. Ricardo Rabelo, Sérgio Aspaban (redação); Mariza Araujo (administração). Porto Alegre: (av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schimer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. Rio de Janeiro (r. da Lapa 200, sala 408) Adauto Novaes, Antonio José Mendes, Fernando Karan, Carlos Alberto Bahia, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Orlando Cullhon Braga, Sérgio Sbrago. Salvador: (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501) Adelmio Oliveira, João Henrique

ESCRITÓRIOS - Recife: Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Min- delo, Fred Navarro, Márcio Tavares, Eliane Veloso, Marina Lima, Mario Eue- raldo, Riva M. Nogueira. Aracajú: David Dantas. Campinas: Rinaldo Barros, Ma- ria Alice, Fortaleza: Fausto Aguiar (coordenação), Gervasio de Paula, Rogério Araujo (redação), Vinívio de Araujo (administração) e distribuição. João Pessoa: Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos. Natal: Cicero Correia, Francisco de Assis, Maceló: Régis Cavalcanti, Campina Grande: Jonas Araujo.

Diretor - Responsável: Robinson Ayres. EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo Gui- marães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinhei- ros (São Paulo) - (EP 05415 - Telefones: 280-4759 - 853-6680 Distribuidora (Rio, SP, BH, Brasília): Sup-r Bancas. Composição, montagem e fotolito: Publicações Gazeta do Taboão Ltda. - Av. Prof. Francisco Morato, 3.555 - Butantã - Tel. 212-3011 (PAMB) e

Cachaça é o melhor remédio

Pelé, em troca de uma boa grana, todo dia dá receitas para fortificar os brasileiros, como se fosse médico. E milhões de pessoas vêm o falso "doutor" na televisão. Emerson Fitipaldi, também, além de automobilista, se coloca no direito de receber vitaminas na televisão. Outro que enfia receitas de remédios na cabeça de muita gente, sem ver ou se importar com as consequências. É o Zé Betão, em seu programa na Rádio Record de São Paulo.

Agora, os farmacêuticos também querem ter o direito de dar receitas. E o argumento deles é incontestável: se até o Pelé pode receitar, por que nós não?

Mas, no fim é tudo a mesma coisa: quem lucra muito são as indústrias farmacêuticas, quem ganha o seu são os caras que receitam e quem perde é o povo, que além de não ter saúde fica sem dinheiro, comprando remédios que mais complicam do que curam. A melhor receita — digo eu que também já estive me sentindo com esse direito — é não comprar nenhum desses abacaxis tão recomendados pelos curandeiros improvisados. Cachaça é melhor. (RVN)

SOCIÓLOGOS EM CONGRESSO

Após dezesseis anos de desarticulação da categoria, os sociólogos de todos os pontos do país reuniram-se de 22 a 26 de maio em Belo Horizonte, no I Congresso Nacional dos Sociólogos. Cerca de 600 pessoas, entre profissionais e estudantes, debateram os temas de Educação e Saúde, a Questão Agrária e Urbana, o Estado e a Democracia, através de painéis organizados pelas Sociedades profissionais regionais, coordenadas pela Associação Brasileira de Sociólogos.

No documento final do Congresso, aprovado após prolongadas discussões, os sociólogos apontam "a falência do modelo atual de desenvolvimento" e apresentam subsídios "para a elaboração de um projeto social que tenha por fundamento os interesses organizados das classes populares na cidade e no campo". Além de considerar que os movimentos dos trabalhadores por melhores condições de vida representam "reivindicações que pressionam no sentido da democratização do país" o documento aponta a necessidade da Reforma Agrária "que deve ser entendido basicamente dentro da perspectiva da massa camponesa". O documento sintetiza ainda as principais noções apresentadas no Congresso como a de apoio à luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, a Reconstrução da UNE e pela Assembleia Nacional Constituinte, Livre e Soberana.

Quanto à questão da regulamentação da profissão de sociólogo o Congresso exigiu que ela se dê imediatamente, com base no ante-projeto elaborado pela Associação de Sociólogos do Brasil, com encaminhamento urgente ao Congresso Nacional.

GERAIS

Enfim a liberdade para Flavio Koutzki

Sem o aparato policial esperado pelos jornalistas brasileiros, o estudante Flávio Koutzki, depois de quatro anos de prisão, foi definitivamente libertado no último sábado pelo governo argentino. Ele embarcou no Aeroporto de Ezeiza, às 15.20 horas, num jato da Air France, com destino a Paris, onde chegou às 11 horas de domingo, depois de uma escala em Dakar.

Flávio, indultado e expulso do território argentino por decreto do presidente Jorge Rafael Videla, assinado em 18 de maio último, foi acompanhado por dois jovens policiais militares da Aeronáutica, na caminhada pelo saguão do aeroporto até a sala de embarque. Logo que Flávio chegou, fez exame de saúde no Departamento de Polícia Aeronáutica e sua pressão arterial foi de 16 por 12, considerada boa já que ele sofre de hipertensão arterial e tem uma obstrução no ventrículo esquerdo.

Clara Koutzki, que estava em Buenos Aires desde o dia 20, pode conversar com o filho por três horas e afirmou depois, emocionada, que "pela primeira vez saírei de Buenos Aires com alegria". Flávio viajou com o laissez-passer expedido pelo Consulado Geral da França e original do título de eleitoral e certificado de reservista, que servirão para

que ele faça seus documentos em Paris. A polícia Aeronáutica não permitiu um contato da imprensa com o estudante brasileiro, sem maiores explicações.

Toda a operação de traslado de Flávio foi discreta. Ele foi conduzido do Departamento de Polícia Federal até a direção da Polícia Aeronáutica — acompanhado por dois policiais federais e um motorista, todos à paisana, que conversaram com ele durante o trajeto de 36 quilômetros.

As 12 horas Flávio fez exame médico e 20 minutos depois, após ter passado por um último interrogatório de intimidação, encontrou com sua mãe em uma das salas do prédio cinza de três andares da Polícia Aeronáutica. Logo depois entraram Rodolfo e Angélica Espindola, seus sogros, e Lilliana e Maria Angélica, suas cunhadas. O encontro foi marcado por muita emoção, pois os quatro não viam Flávio há mais de um ano.

As 15.10 horas, com uma bolsa preta na mão esquerda e uma mala marrom na direita, Flávio foi acompanhado por dois policiais até a sala de embarque. Os quatro anos de

prisão e as péssimas condições carcerárias deixaram Flávio com os cabelos grisalhos e duas profundas rugas no rosto. Ele está com 71 quilos — 26 a menos do que quando foi preso — e com a saúde bastante abalada. É obrigado a se medicar constantemente. No bolso do casaco de nylon azul-marinho ele leva duas caixas de remédios dadas pela mãe: uma de Aldomet para hipertensão arterial e outra de Laxix, um diurético que auxilia a baixar a pressão.

Flávio foi recebido em Paris, pela esposa, Norma Beatriz Espindola, um grande número de amigos e uma comissão das Nações Unidas. Ela deverá se submeter a um tratamento de saúde. Quanto a planos futuros, Flávio disse a Clara ter apenas uma dívida: não sabe se cursa História Universal na França ou se aguarda a prescrição de sua pena no Brasil para poder retornar. Flávio foi condenado em 72 pela Segunda Auditoria Militar de São Paulo a oito anos, acusado de participar clandestinamente do Partido Operário Comunista (POC). A pena prescreve em junho de 1980 e Clara pretende pedir sua revisão do processo ainda nos próximos dias.

(Sucursal de Porto Alegre)

Tem que ser geral e irrestrita

O ministro Saíd Fachat, como porta-voz do governo, informou em São Paulo que a anistia que o governo pretende será "bastante ampla, quase geral, com poucas restrições". Em outras palavras, vai ficar pouca gente presa por motivos políticos, e por causa dessa pouca gente presa, o Brasil continuará sendo caracterizado como uma ditadura, regime de exceção ou seja lá o que for, menos "democracia".

Além do mais, o governo demonstra um total desconhecimento sobre essas pessoas que considera tão perigosas a ponto de não poderem ser anistiadas.

São pessoas hoje malditas porque foram rotuladas de "terroristas", muitas vezes por pessoas que eram as próprias mercedoras do rótulo. Pelo menos uma coisa sabemos: os "terroristas" que estão presos não torturaram ninguém. (RVN)

Dá-lhe Figueiredo: queremos punição para os crimes de sangue

Se o dr. Gustavo Corção estivesse vivo poderia, agora, morrer de alegria. E não seria prá menos. Afinal de contas aquele EM TEMPO, o tal hebdomadário cipriocomunista que o vetusto senhor tanto odiava, virou casaca de vez. Estamos saindo da oposição e passando para o lado do poder. Para o outro lado do poder, sejamos claros, porque este negócio de bancar vivida do sistema não é com a gente não! O nosso negócio é mandar mesmo. Mandar, negociar, construir pontes, vender selvas, corromper e sobretudo, ser corrompidos. Participar integralmente da surubada e fazer os nossos bolsos.

Para os opositores contumazes e incuráveis nós esclarecemos: em parte, o que nos convenceu da correção desta guinada foram argumentos sólidos como bombas, recolhimento de jornais e o plano do CIEIX, mas, o que decisivamente nos sensibilizou, comoveu e convenceu foi a proposta de conciliação nacional do grande estadista presidente João Figueiredo: a mão estendida, vocês lembram né? Enfim, ninguém resiste a uma maozinha!

E agora, sem perda de tempo, vamos dar uma primeira colaborada com o governo. O EM TEMPO está de pleno acordo com o projeto de anistia restrita. Nada de anistia para

os tais responsáveis por crime de sangue. Nada de anistiar esta canalha, não deputado Erasmo "napalm" Dias?

Num esforço para repararmos o erro das denúncias contra os responsáveis por torturas, vamos dar uma violenta dedada em nossos ex-companheiros de subversão.

Eis o 1.º listão de responsáveis por crimes de sangue:

1) **Mycobacterium Tuberculosis**: Perigoso agente do comunismo internacional. Atende pelos codinomes de "Bacilo de Kock", "Bacilinho", "Cilinho" e "Comandante Kock". Cometeu atentados contra aproximadamente 12 milhões de brasileiros. Responsável por incontáveis mortes. Encontra-se foragido.

2) **Trypanosoma Cruzii**: nomes de guerra "Barbeiro" e "Chupança". Cerca de 30 milhões de brasileiros foram vítimas deste violento e inescrupuloso terrorista. Responsável pela morte de milhões de brasileiros. Encontra-se em lugar incerto e não sabido.

3) **Shistosoma Mansonii**: conhecido no meio da subversão como "Schistos" e "Barriga d'Água". Dos 120 milhões de brasileiros aproximadamente 40 milhões são vítimas deste desumano comunista. Possui cursos de guerrilha nos campos do Al-Fatah. Sua

principal base de atuação é no Vale do Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais. Embora seus rastros e sequelas possam ser percebidos em todo território nacional.

4) **Ancilostoma Duodenalis**: nascido na Rússia, infiltrou-se no Brasil onde atua clandestinamente como contato internacional da tenebrosa organização esquerdista: "ame-o ou deixe-o". Para despistar sua nacionalidade atende pelo codinome de "amarelão" e "Jeca-Tatu".

5) **Vírus da Hepatite**: Atende pelo nome-de-guerra "histeria". O campo predileto para as suas mensagens subversivas são as enchentes e péssimas condições de higiene. Suspeita-se que atualmente, esteja pelas bandas de Minas Gerais e Espírito Santo.

6) **Vírus do Sarampo**: Sádico terrorista. Conhecido como "Morcego" porque adora sangue de criança, principalmente no inverno. Principal responsável pela mortalidade infantil do país.

7) **Neisseria Meningitidis**: Codinome "meningococo". Responsável por centenas das mortes que ocorreram ultimamente em São Paulo. Reside em um aparelho conhecido como Hospital Emilio Ribas, na Av. Dr. Arnaldo, em São Paulo.

Tal, Presidente a nossa primeira colaboração. Vê se baixa o pau, prende e arrebita. (R.A.)



Encostando na parede o médico torturador

"Este dossiê contém depoimentos que indicam a participação do médico Jean Paul Nicolas Seeburger, professor do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, cirurgião plástico, em sessões de torturas aplicadas contra cidadãos brasileiros, ferindo os mais elementares direitos da pessoa humana". Esse é o preâmbulo do documento apresentado por 76 médicos mineiros na semana passada, que relata a atuação de Jean Paul, o já famoso médico torturador, na "assessoria" médica aos órgãos de segurança, tomando como base o depoimento de seis de suas vítimas. E os depoimentos não deixam lugar a dúvidas, como o de Emely Vieira, ex-vice presidente do DCE-UFMG e presa em 9-5-70 por ter divulgado um documento de denúncia de torturas. Torturada, Emely ficou com um grande hematoma no olho esquerdo, o que preocupou os torturadores. Diz Emely: "No Dops, o Dr. Jean Paul examinou sumariamente o meu olho e declarou aos outros carrascos que "não havia perigo, ele está bem". Em seguida a este diagnóstico, fui conduzida às sessões de tortura".

Com essas denúncias os médicos mineiros não pretendem apenas a condenação de Jean Paul, pois julgam que a ação da medicina em favor da violência policial tem se dado de forma geral na sociedade. Para os médicos

"nem sempre a assistência médica ao torturado é feita nas prisões, por médicos policiais. Muitos de nós, nos pronto-socorros e em hospitais, atendemos, como é nosso dever, às vítimas da violência policial". Dessa forma, involuntariamente, os médicos acabam por se tornar cúmplices da violência policial já que, tratados, os torturados voltam a sofrer as terríveis experiências com os pau de arara, magnetos, etc.

Para lutar contra essa situação, os médicos mineiros formaram o "Núcleo de Médicos pelos Direitos Humanos", organismo ligado ao CBA-MG que tem como objetivo "combater intransigentemente a participação de médicos em torturas". O Núcleo, além da campanha de denúncia em relação ao "caso Jean Paul", pretende propor que o Código de Ética Médica inclua a obrigação de que o médico, apoiado pelo Conselho Regional de Medicina denuncie os casos de violência policial. Além de estudar e divulgar a literatura científica médica sobre métodos de tortura e suas consequências físicas e psicológicas, os médicos mineiros pretendem que o Conselho Regional de Minas Gerais, a exemplo do de São Paulo, tome posição oficial contra a participação de médicos em torturas, subscrevendo a Declaração de Tóquio, da Associação Médica Mundial.



CONVITES

PROTESTO
No próximo dia 8, às 18 horas, no largo de São Bento em São Paulo, vai haver um Ato Público em protesto contra as demissões de grevistas, principalmente jornalistas e funcionários públicos.
O ato de protesto é convocado por diversos sindicatos, pelo Movimento Contra a Carestia, pela União Nacional dos Estudantes e pelo Comitê Brasileiro pela Anistia Seção São Paulo.

SAÚDE

Compareça ao Encontro Popular de Saúde, nos dias 14 e 15 de julho, das 9:00 às 17:00 horas. O Encontro vai ser na Câmara Municipal de São Paulo. O endereço é: Viaduto Jacaré, n.º 100. O Encontro Popular de Saúde é apoiado pelo Movimento Contra a Carestia, Sindicatos, Sociedades de Bairro e Diretórios do MDD, através de grupos de saúde que atuam nessas entidades.

BANCÁRIOS

O Sindicato dos Bancários de Porto Alegre vai promover durante este mês um ciclo de estudos e debates sobre problemas sociais, trabalhistas e sindicais. Neste sábado, dia 9, o sociólogo João Guilherme vai debater o tema "Conflitos Sociais no Brasil e na América Latina". No dia 12 a Associação dos Sociólogos discute "A participação política dos trabalhadores ontem e hoje".

DIZ PICHANÇA

Assine EM TEMPO:

Nome Profissão
Idade Endereço
Bairro Fone Cidade
Estado CEP End Comercial
Horário Fone Estou enviando o cheque n°
do Banco em nome da Editora. Aparte S A
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte MG, CEP 30 000 Em
São Paulo, Rua Mathews Grou, 57, Pinheiros, São Paulo - (SP)
CEP 05415, fone 853-6680

Exterior
Anual: US\$ 90,00
Semestral: US\$ 50,00

OPINIÃO

O PT e a frente democrática

O significado do Encontro de São Bernardo para os trabalhadores

Por Paulo Skromov

A proposta política do chamado "Encontro de São Bernardo" formulada pelos líderes sindicais articuladores do Partido dos Trabalhadores e pelos "autênticos" do MDB, encaminha-se no sentido da constituição de uma verdadeira frente de luta pela conquista das liberdades democráticas.

Nós, operários, não fomos ao encontro dos parlamentares para regatear sua adesão ao nosso projeto de partido nem, muito menos ainda, para levar nossa adesão ao MDB.

Nossa postura no Encontro (éramos, no sábado, dia 2, 45 dirigentes sindicais) foi madura, digna e sobretudo independente. Fizemos a defesa de nossas teses procurando, porém, encaminhar nossa intervenção visando levantar os possíveis pontos comuns. Estes pontos comuns revelaram-se apenas nas questões democráticas mais gerais: anistia, liberdade partidária e constituinte.

Não significa que a partir das intervenções feitas pelos sindicalistas não tivesse se destacado um pequeno, ainda que significativo, setor dos parlamentares e intelectuais presentes que passou a nos apoiar decididamente. Nossa determinação porém era de, em todas outras questões, levar a nossa proposta de "unidade na ação na luta pelas liberdades democráticas e contra a dominação das multinacionais". Frente esta que necessariamente não poderá ser o MDB, mas sim uma nova organização federativa dos movimentos populares.

Não tínhamos, e continuaremos não tendo, ilusão em formar uma frente única somente entre nós e os parlamentares "autênticos" do MDB. Se assim fosse o grosso das forças democráticas da nação permaneceria de fora e a frente não se viabilizaria em função de seus objetivos.

O movimento pelo Partido dos Trabalhadores no Encontro de São Bernardo atingiu apenas um dos setores que potencialmente integrarão esta ampla Frente Democrática. Resta ainda por buscar setores até mais amplos e mais consequentes: as lideranças operárias que não dirigem sindicatos, as lideranças dos trabalhadores rurais, as organizações de bairro, os movimentos contra a carestia, os movimentos pela anistia, o movimento estudantil e as comunidades de base e pastorais da igreja.

E é na medida em que vai empregando consequência às lutas das grandes massas da população brasileira contra o regime autoritário que o PT vai se construindo.

Paulo de Mattos Skromov é presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Couro e Plástico de São Paulo e um dos articuladores do Partido dos Trabalhadores.

O novo papel dos autênticos

A unidade pela defesa dos interesses da classe trabalhadora

Por Aírton Soares

Inegável que a ditadura militar passa por momentos de transformação visando assegurar o poder. Isto não decorre de um plano nacional, mas sim de um plano internacional ligado à doutrina da Trilateral que procura fornecer ao capitalismo multinacional uma relação política e econômica que lhe garanta os lucros.

Dentro do espectro das oposições brasileiras há uma variedade muito grande e, às vezes, em função de divergências menores, as oposições perdem a oportunidade de somar esforços e definir a estratégia correta na luta contra o regime autoritário.

É inegável que hoje os políticos autênticos não podem abordar a situação política e não podem se comportar, da mesma forma como quando combatiam a ditadura fascista e seus rigores. Isto porque algum espaço já foi conquistado pelas oposições e a conquista deste espaço abriu caminho para que outros setores até então reprimidos pudessem encontrar uma via de expressão.

Como exemplo, um deputado de verdadeira oposição autêntica até mais ou menos 76 tinha como papel transformar o seu mandato em condução de expressão dos vários setores amordaçados. A defesa e a denúncia da situação dos estudantes brasileiros, a denúncia das violências aos direitos humanos, a defesa dos interesses dos trabalhadores, as denúncias pertinentes etc.

Hoje, estes setores exemplificados, e existem outros mais, encontram a sua própria forma de manifestação independente, na maior parte das vezes, do agrupamento político de oposição legal. E às vezes, até se voltando contra ele.

Esta é uma das circunstâncias que implicam na defesa de um novo comportamento para os políticos oposicionistas autênticos. Não basta mais ser um instrumento de denúncia. Estes políticos devem estreitar suas relações com os setores de oposição que estão fora do MDB, transformando-se num instrumento de fortalecimento deles, colocando seu mandato a serviço da organização destas forças e procurando discutir as formas de participação futuras com vistas a uma convivência e um compromisso de unidade tendo como pressuposto maior a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

O encontro de São Bernardo foi uma tentativa primeira de atingir estes objetivos. É bem verdade que nem todos os setores consequentes de oposição estiveram ali representados. Mas nas próximas etapas, estas deficiências deverão ser sanadas, para que se avance em direção à unidade das oposições populares.

Aírton Soares é deputado federal pelo MDB paulista e um dos articuladores do encontro de São Bernardo

Unidade Sindical

Por Adalberto Naschenweng

As atuais lutas operárias, através das greves e de outras manifestações que sacudiram o país (como o 1.º de Maio em São Paulo), recolocaram na ordem-do-dia um tema de permanente interesse para os trabalhadores: a unidade sindical. No decorrer de suas lutas, os trabalhadores vão testando as amarras do sindicalismo atrelado, vão repudiando os seus limites, e — na prática — vão criando as bases e abrindo caminho para um sindicalismo independente e autônomo, democrático e unitário.

A classe operária é uma só, mas a estrutura sindical faz tudo para impor-lhe a divisão interna, tratando-a não como classe mas como um somatório de "categorias profissionais". As duas CLTs, a velha de 1943, e a "nova" agora remetida ao Congresso Nacional, não passam de cópias mal copiadas das leis fascistas de Mussolini. Ambas visam rachar o movimento operário, quebrando-o na vertical e na horizontal, enfraquecendo-o o mais que pode para a honra e a glória dos patrões.

Assim, a unidade sindical aparece como uma questão chave para o movimento operário, seja para o enfrentamento da velha e da nova CLTs (propondo alternativas concretas), seja — tanto mais — para a construção de um sindicalismo enraizado em suas bases. Hoje, unidade sindical não é coisa vazia, não é "unidade pela unidade". Unidade sindical, para nós, é coisa que só se consegue na própria luta — em torno de um eixo de interesses comuns da classe trabalhadora, em função de uma plataforma que expressa a dinâmica de nossas lutas de massas e que lhes dêem rumo e desdobramento consequente.

COMO SE CONSTRÓI A UNIDADE

Nesse sentido, a unidade não é obra pura e simples do entendimento entre quem se pretende vanguarda, não é um papo entre grupinhos. Tal unidade só pode ser fruto de um processo que se desenvolve a partir das fábricas, das empresas, no ritmo e no fogo das lutas cotidianas das massas. Temos de demolir e construir: demolir a estrutura sindical fascista e divisionista e — debaixo para cima — construir um sindicalismo independente em relação ao estado e autônomo em relação aos partidos políticos.

Os agentes desse novo sindicalismo, as oposições sindicais e os sindicalistas autênticos, embora tenham ainda tanta coisa por fazer e por definir, já têm dado alguns passos importantes no referido processo. Destacam-se as comissões de fábricas recém-criadas, os delegados sindicais recém-eleitos, as tentativas de interfábricas, além da solidariedade obtida através dos "fundos de greve" em vários setores e vários Estados.

Entretanto, repetimos, há ainda muito por fazer e por definir. Temos algumas bandeiras iniciais e delas não abriremos mão: independência e autonomia sindical; o direito de greve; contrato coletivo de trabalho; unificação da data-base para os dissídios; negociação direta entre patrões e empregados.

Em função da meta comum, oposições sindicais e sindicalistas autênticos devem jogar como se fossem parceiros de um time de futebol: cada um na sua posição, mas todos visando o mesmo gol adversário. Não há lugar para os estrelismos, nem para a autosuficiência. Nossa tática é a do entrosamento, do jogo de equipe, da briga coletiva. Os pernas-de-pau, os cabeças-de-bagre, ou aqueles que vendem o jogo (consente ou inconstitucionalmente), serão por certo criticados e substituídos, mais cedo ou mais tarde.

Adalberto Naschenweng (Beto) é membro da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

As greves e a redistribuição de renda

A redistribuição da renda não deve ser só entre o "capital e o trabalho"

Por Paul Singer

O escândalo da repartição de renda estourou no Brasil em 1972, quando os dados do censo de 1970 e sua comparação com os do censo de 1960 se tornaram conhecidos. Verificou-se o que já todos deveríamos saber, se tantas barreiras não se interpusessem entre bem-estar e miséria, isto é, que a renda se concentrou, que o crescimento econômico beneficiou apenas uma minoria e que a pobreza absoluta e relativa da maioria restante só fez aumentar. Desde então, a comprovação documentada destes fatos desencadeou uma onda de críticas tanto à política salarial e trabalhista em particular quanto ao conjunto do chamado "modelo sócio-econômico", causador deste monstruoso aprofundamento das desigualdades no país.

De um ano para cá passou-se do exercício da crítica ao poder, ao exercício crítico de um novo poder, o poder de barganha coletiva dos assalariados, que lançam mão com frequência cada vez maior de sua arma decisiva — a greve. E a maré de greves que desde então se verifica está, de fato, revertendo a tendência à concentração da renda, ao conquistar aumentos significativos de salários para os trabalhadores de menor remuneração. Metalúrgicos, lixeiros, motoristas e cobradores e outras categorias, em São Paulo primeiro, logo mais no Rio, em Minas, em Pernambuco e em outros estados estão olgando tais conquistas. Embora ainda falte muito para que a maioria dos pobres obtenha benefícios reais, a mobilização se amplia visivelmente, dando à abertura concedida de cima para baixo um conteúdo social que a tornará significativa também para as massas trabalhadoras.

O que preocupa, no entanto, é que nestes movimentos reivindicatórios também se engajem categorias profissionais cujos ganhos estão muito acima da média e que, ao serem incluídas em demandas de reajustamentos salariais de percentagem uniforme, na prática impedem que a necessária redistribuição de renda se realize. Quando, por exemplo, se reivindica 20% de aumento, quem recebe 4.000 cruzeiros por mês pretende um aumento de 800, mas quem recebe 40.000 pretende um aumento de 8.000. E mesmo quando se coloca na demanda um fixo, digamos de 2.000 cruzeiros (como fizeram os funcionários públicos), ainda assim o aumento do primeiro seria apenas de 2.800 ao passo que o do segundo seria de 10.000.

AUMENTOS PARA QUEM?

Para justificar esta postura, que objetivamente só faz prolongar a desigualdade em sua extensão mais inaceitável, costuma-se argumentar que a redistribuição a ser almejada é entre capital e trabalho, devendo todos os assalariados formar uma frente única contra os empregadores, na luta por maior participação na renda. Na realidade, esta argumentação peca pela base, ao desconhecer que uma parte muito grande das altas rendas toma hoje, no Brasil assim como nos demais países em que o capitalismo atingiu o estágio monopolista, precisamente a forma de remuneração de trabalho, ou seja, de salários ou ordenados. Estes ordenados altos correspondem, em sua maioria, a funções administrativas ou técnicas em empresas monopolistas, autarquias e repartições públicas, funções essas que implicam geralmente em exercício de poder de decisão, em contraste com a esmagadora maioria dos que recebem salários baixos e exercem apenas funções rotineiras de execução. Em outras palavras, embora altos funcionários ou profissionais de nível universitário adiram às greves dos seus colegas muito pior remunerados, sua posição de classe não é a mesma. No capitalismo hodierno, o seu papel é objetivamente o de "funcionários do capital", que os capitalistas privados ainda desempenham no segmento mais tradicional do sistema, formado pelas empresas dirigidas pelos seus ordenados não são, na maioria dos casos, o mero pagamento de sua força de trabalho mas uma parcela do excedente social — da mais valia — produzido pelos que realizam trabalho produtivo.

Nestas condições, não é mais possível deixar de reconhecer que a intensa diferenciação de ganhos entre os próprios assalariados, com o crescimento real, isto é, maior que o custo de vida, dos altos salários e ordenados, é um dos componentes da concentração da renda, que não poderá ser revertida sem que parte destes altos salários e ordenados seja sacrificada em favor dos que ganham menos. Em outras palavras e para deixar bem claro: movimentos reivindicatórios de reajustamento salarial reais (acima do aumento do custo de vida) são justos e viáveis: na medida em que pretendem beneficiar a grande massa dos que ganham pouco, digamos, para exemplificar, dos que recebem até 10 salários mínimos. Porém, se equivocadamente, colocam como objetivo conquistar aumentos reais também para os que já recebem acima deste nível, a reivindicação passa a enfrentar resistência redobrada e, se por acaso vitorioso sua fatal repercussão sobre os preços acabará por prejudicar a todos. Em suma, é impossível redistribuir renda sem que os grupos privilegiados — inclusive da parcela de assalariados que os integra — abram mão de parte de seus ganhos. Querer, com pregava Pareto, melhorar a repartição da renda sem que ninguém seja prejudicado é uma ilusão que pode custar caro aos trabalhadores.

Paul Singer é economista, professor da PUC/SP, e pesquisador do CEBRAP

FOR QUE ASSINAR MOVIMENTO?



LULA, líder metalúrgico

"Acho que o jornal MOVIMENTO significa hoje algo como a democracia, como a liberdade que a gente tanto espera que haja, que a gente tanto aspira.

Porque num país onde a imprensa está amordaçada ao poder econômico, num país onde a imprensa está na mão das elites,

na mão da burguesia nacional, é sempre importante que haja uma imprensa livre, uma imprensa independente, como é o caso de MOVIMENTO

Eu acho que a existência do jornal MOVIMENTO é a própria esperança de que um dia haverá democracia nesse país.

[Handwritten signature]

Fone 210-6622 (SP)



CADERNOS DO CEAS

- A LUTA DOS TRABALHADORES DENTRO E FORA DO SINDICATO
 - Ana Cecília S. Bastos
 - AMAZONIA: ATÉ QUANDO?
 - Antonio Dias Nascimento
 - A GUERRA DO CAFÉ
 - Albino Canelas Rubim
 - MOVIMENTOS SOCIAIS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO
 - BAHIA 1917 - 1921
 - Ubirajara Rebouças
 - O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFESSORES
 - Arturo Paoli
 - IGREJA NA ENCRUZILHADA
 - Gilberto Gimenez
 - TEORIA DA COMUNICAÇÃO POPULAR
 - Paolo Tonucci
 - IMPRENSA DA PASTORAL POPULAR
- Centro de Estudos e Ação Social — CEAS
Rua Aristides Novis, 101 — Federação
40.000 - Salvador - BA
- Assinatura 1979 (6 números):
normal Cr\$ 250,00
estudante Cr\$ 200,00

Encontro de São Bernardo

Unidade popular contra a ditadura

Reunidos em São Bernardo no Pampas Palace Hotel durante os dias 2 e 3 últimos, dirigentes sindicais, parlamentares e intelectuais selaram um pacto de intenções sobre os rumos das oposições populares abrindo campo para a constituição futura de um grande partido popular.

"Precisamos brigar juntos. Trabalhadores, intelectuais e parlamentares autênticos precisam se unir, porque temos um inimigo comum para derrubar, e este inimigo é o regime", afirmava Luis Inácio da Silva, o Lula, ao ler no final do Encontro de São Bernardo, domingo último, a carta política aprovada pelos 56 parlamentares federais, 26 estaduais, 45 sindicalistas e cerca de 20 intelectuais presentes.

A história do "encontro mais importante para a oposição popular desde 64" como o chamou o ex-deputado Lysáneas Maciel é, em certa medida antiga. Falando a EM TEMPO, Almino Afonso, o principal articulador da reunião disse: "trata-se do desenvolvimento de duas dinâmicas independentes na oposição e que já vinham de algum tempo. De um lado a área progressista do MDB, originada no grupo autêntico, vinha já fazendo várias reuniões avaliando a conjuntura presente. O regime autoritário ainda prevalece, mas é inegável alguma abertura e, é por ela que os setores populares da oposição vêm emergindo fazendo com que a luta democrática deixe de se travar apenas no plano político institucional e passe gradativamente a incorporar temas econômicos e sociais". Diante deste quadro, informa Almino, tornou-se cada vez mais necessária a articulação orgânica destes parlamentares que, para este fim, começaram a se reunir.

De outro lado, prossegue Almino, "no meio sindical, há mais de um ano que lideranças como o Lula e muitos outros vêm também percebendo que sua luta não pode se dar a nível estritamente social e que é necessário buscar um enlace entre o social e o político, coisa que se expressou nitidamente na idéia de criação de um partido dos trabalhadores."

Finalmente, conclui Almino, "em reunião em Brasília com cerca de 30 parlamentares ficou decidida a promoção do encontro e foram designados Fernando Henrique Cardoso, Ailton Soares, Santilli Sobrinho e eu próprio para a organização."

O saldo maior do encontro foi a formação da chamada Comissão de Trabalho a ser composta por 3 representantes de cada um dos setores ali presentes: parlamentar, sindical e intelectual. Esta comissão, representa o "pacto de intenções" firmado entre os participantes que visaria avançar no entrosamento das forças populares pondo em processo a possível formação de um futuro grande partido popular.

PACTO DE INTENÇÕES

Este processo contudo parece que não desfaz de imediato, pelo menos, com as articulações específicas em curso no campo popular. Lula, por exemplo foi enfático — e outras lideranças sindicais também, até mesmo contribuindo assim para que a discussão apresentasse momentos de tensão entre as partes — em afirmar que "de forma alguma abandonamos do Partido dos Trabalhadores em prol de uma entrada no MDB". Para Jacó Bittar, do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, "a possibilidade do grande partido popular, no momento, não passa de uma hipótese; ainda não está nada decidido, e pelo momento não abrimos mão do PT entendendo o saldo do encontro como um compromisso mas com autonomia das partes."

As posições recentes de Lula parecem ter sido decisivas para a realização do encontro. Há muito tempo que em contatos com setores do MDB, especialmente com Almino Afonso e Fernando Henrique, ele vinha desenvolvendo a tese de que para "termos um grande partido dos assalariados é necessário buscar a unidade com setores progressistas dentro do



MDB". Em alguma medida Lula vinha, na prática, cozinhando em banho-maria a idéia do PT ao mesmo tempo em que sondava as possibilidades desta unidade. Além disto ele enfatizava também a necessidade de unidade com outras oposições populares como estudantes, igreja etc., e sentia uma certa dificuldade em avançar neste processo sem a presença de algumas figuras do MDB.

É dentro deste quadro que hoje comenta-se uma frase significativa que Lula teria dito em algum momento em algum lugar: "O Almino é a pessoa hoje que mais tem os pés no chão na oposição".

Almino reconhece que este encontro, em termos de um futuro partido popular em gestação "não é, pelo momento, mais do que meu desejo e, objetivamente, uma possibilidade apenas". Assim sendo, ele enfatiza a necessidade das articulações como o Partido dos Trabalhadores, o trabalho e outras mais continuarem com sua dinâmica própria testando o desenvolvimento deste pacto de intenções firmado em São Bernardo.

O que fica claro contudo é que o encontro significará um pólo de atração alternativo ao trabalhismo que até então era a articulação que vinha se desenvolvendo com maior fôlego. Ou então um pólo de interlocução coletiva diante do trabalhismo, fazendo assim com que o estilo caudillesco de Brizola — que sempre tem chamado individualmente aqueles que deseja se unir — seja refratado ou minimizado. Se ele se enquadrará ou não neste coletivo é a grande questão em aberto.

AS REAÇÕES EMEDEBISTAS

Do lado do MDB é que vieram as maiores reações ao encontro. Muitos que ficaram de fora partiram para a pichação taxando de divisionista o episódio, com o tradicional argumento que tenta embelezar o monopólio da oposição pelos liberais do MDB com a fachada de uma "federação das oposições". Outros como Alberto Goldman, deputado federal de São Paulo tentaram esvaziar o significado do encontro como potencial de um futuro partido popular, ressaltando unicamente o repúdio que o documento final faz às tentativas autoritárias de pôr fim ao bipartidarismo como aquela enviada pelo governo através da eliminação dos atuais partidos.

Mas a grande maioria dos quadros combativos do MDB não somente se fez presente ao encontro como também se manifestou solidários às perspectivas que se abriram a partir de então. O que explica tal com-

portamento é, de um lado a disposição do regime em acabar mesmo com o MDB e, de outro lado, a bandeira que os moderados começam a ensaiar em direção a partidos mais calmos que o MDB atual, bem como o ascenso das oposições populares cobrando posicionamentos mais combativos por, parte da oposição legal.

É sintomática, por exemplo, a simpatia com que o líder do MDB, deputado Freitas Nobre, saudou o encontro: "Ele representa um reforço para todos aqueles que defendem um MDB mais próximo dos interesses populares". Ocorre no entanto que Freitas está entre aqueles que acreditam que este futuro partido popular tende a ser o próprio MDB depois de uma forte depuração. Já Almino, por exemplo acha que "é a prática política e não previsões a priori que irá mostrar se este partido será o MDB ou não. Mas Almino adverte que é necessário preservar a aliança com os liberais na luta pelas liberdades democráticas. Só que esta aliança não tem que se dar num mesmo partido mais sim ao nível da prática política."

A Carta de São Bernardo

Os deputados, líderes operários, intelectuais e demais políticos reunidos em São Bernardo do Campo, nos dias 2 e 3 de junho, considerando que é fundamental buscar pontos de união entre os setores mais combativos das oposições brasileiras e resguardando a autonomia recíproca organizativa, de pensamento e de posições políticas, resolvem:

1 — Manifestar-se a favor da liberdade partidária no seu sentido verdadeiro, que supõe o direito de livre associação e expressão de pensamento de todas as categorias sociais sem discriminações de qualquer natureza.

2 — Repudiar tanto o bi-partidarismo quanto o pluripartidarismo impostos. Todavia, resolvem condenar as tentativas de extinção do MDB por ato de força governamental, qualquer que seja o pretexto utilizado para este fim, desde a prorrogação inaceitável de mandatos até a conestação formal pelo Congresso de leis arbitrárias.

3 — Reiterar a necessidade da luta por uma Assembléia Nacional Constituinte, autônoma e que expresse a vontade popular, precedida de Anistia ampla e irrestrita e de plena liberdade de expressão e organização.

4 — Manifestar a disposição de buscar formas políticas que permitam a unidade na ação entre as lideranças operárias, a oposição popular no Parlamento e os demais setores de oposição da sociedade, de forma a permitir que o interesse popular prevaleça na transformação da sociedade brasileira.

5 — Com este propósito, e entendendo que é necessário assegurar a unidade de luta das oposições populares para obter avanços genuinamente democráticos, os participantes do Encontro de São Bernardo manifestaram sua intenção de continuar consultando-se bem como aos demais setores da oposição brasileira, aqui e no exílio, sobre a melhor forma de lutarem unidos, tanto hoje quanto no futuro, respeitando as autonomias recíprocas.

Um primeiro passo nesta direção foi a resolução de criar uma comissão de trabalho composta por parlamentares, intelectuais e líderes operários para promover encontros periódicos, tanto nacionais quanto regionais.

O QUE SERÁ DO MDB?

Neste quadro de adesão emedebista ao encontro, não deixa de ser sintomático deste momento de hora final do MDB o fato de, ao ter sua presença no encontro recusada, o senador Orestes Quércia de São Paulo, passa a propor uma reformulação geral do partido, na tentativa de revigorá-lo e, assim, tudo fazer para que ele ainda se agüente um pouco mais diante de tantos desafios populares que têm brotado.

Enfim, não há dúvidas de que o encontro foi o evento mais importante da oposição popular, em termos organizativos, desde 1964, como bem o percebeu Lysáneas Maciel. Em meio a tantos zig-zags da parte das oposições populares na questão da reordenação partidária — PTB, PS, PT, frentes etc. — parece que agora foram dados passos decisivos do ponto de vista de assegurar-se um processo de constituição de um partido de massas dos assalariados, antipatrão portanto, e livre dos caudilhosismos tradicionais à política brasileira. É certo que dificuldades há, e muitas para que o processo se consuma. A heterogeneidade das oposições populares, as vaidades pessoais, e a fúria com que certamente o regime enfrentará a proposta pesarão nos encaminhamentos futuros. Não é gratuita por exemplo, a maneira como o jornal Estadão investiu em editorial no último dia 6 sobre o encontro, taxando-o de tentar ressuscitar o trabalhismo e advertindo aos articuladores que "São Bernardo não é São Borja". Pobre Estadão, do alto de seu elitismo amarrônico não consegue ver o novo e, à sua imagem e semelhança, tende a ver em tudo fantasmas do passado.

Por Flaminio Fantini

Agora em livro a história do homem que não quis vender o povo brasileiro.



Roteiro completo do filme. Artigos de Gerardo Sarno, Orlando Senza, José Carlos Avellar e Robert Griller. Dados biográficos e produções inéditas sobre Delmoir Gonçalves.

Compre hoje mesmo, nas livrarias ou pelo Reembolso Postal.

MOLEZA! NÃO PRECISA ENVIAR O DINHEIRO AGORA. É SO RECORDAR E MANDAR PELO CORREIO.

EDITORIA CODECRI — Serviço de Reembolso Postal
Rua Saint Roman, 142 — Copacabana
22.071 — Rio de Janeiro — RJ

Quissem enviar-me o livro "Coronel Delmoir Gonçalves", ao preço de Cr\$ 140,00.

Nome: _____
Endereço: _____
Profissão: _____ Estado: _____
CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____
Assinatura: _____

CODECRI
ADIVINDA

UNE

Um balanço do Congresso

A reconstrução da UNE, ao lado da eclosão dos movimentos grevistas e dos debates sobre a formação de partidos populares de massa marca bem o novo quadro que vai configurando a conjuntura presente de ascensão do movimento popular. É o momento da entrada em cena das oposições populares, já não mais atreladas das simples denúncias que marcam o longo período de resistência à ditadura, mas oferecendo alternativas globais, tanto políticas como organizativas.

Este, o saldo maior do XXXI Congresso da UNE, realizado na semana passada em Salvador, reunindo 2.304 delegados estudantis com direito a voto. A tentativa do governo em capitalizar demagogicamente perante a opinião pública, propondo na véspera a abolição do decreto-lei 477 e 228, bem como anunciando que não está nos seus planos a implantação do ensino pago, não deu resultados significativos. Igualmente a visão depreciativa do Congresso propagada pelos órgãos de comunicação da burguesia — cerca de 3.000 delegados representando apenas 0,2% de 1,5 milhões de estudantes não é legítimo, a UNE é passadista, é subversiva etc. — não conseguiu reverter o apoio generalizado que a campanha pelo Congresso vinha arrancando de todos os setores expressivos da sociedade. Uma pergunta apenas: por que estes senhores não questionam o Congresso Nacional, onde os parlamentares representam tão somente 0,0004% da população brasileira?

Enfim, em meio às ameaças que até bem pouco davam a não realização do Congresso como ponto de honra do regime e que, mesmo na véspera da sua ocorrência, se faziam sentir através de patrulhas policiais nas estradas tentando bloquear o acesso a Salvador, em meio a tudo isto, a realização do Congresso é uma vitória inquestionável. Sobretudo se somarmos a este quadro o momento de baixa que o movimento estudantil vem vivendo nacionalmente desde 1977.

O Congresso por dentro

Mas este saldo mais geral é pequeno se entrarmos adentro no Congresso analisando os resultados do encontro. Aquilo que a grande imprensa depreciativamente chamou de "divergências e conchavos que fizeram com que a UNE se reconstruísse apenas pela metade, não saindo do Congresso uma diretoria definitiva", pelo contrário foi o resultado dos intensos debates travados durante os dois dias e que deram vitória às posições mais corretas, apesar desta não ser a vontade daqueles que a própria grande imprensa vinha apresentando como os líderes incontestes dos estudantes.

Já nas primeiras votações esta questão se patenteou. A Carta de Princípios aprovada abriu a primeira polêmica: "A UNE deve lutar contra todas as formas de opressão e exploração e prestar irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores do mundo inteiro" ou "A UNE deve lutar pela paz, justiça e progresso social e pela soberania nacional", eram as duas propostas que polarizaram as discussões sobre os princípios mais gerais para a entidade. A primeira proposta, vencedora por cerca de 70% dos votos foi apresentada pelas tendências Centenha, Nova Perspectiva e Estratégia, de Minas e aprovada por Ponteio do Rio Grande do Sul, Organização do Rio Convergência Socialista e outras mais. A segunda, defendida principalmente por Mãos à Obra do Rio, Viração da Bahia e Sangue Novo do Rio, entre outras. O resultado foi surpreendente: a segunda proposta, derrotada, era defendida pela maioria do que vinha se chamando "Chapão" onde figuram Valdelio Sil-

Os resultados do XXXI Congresso da UNE realizado em Salvador nos dias 29 e 30 de maio são em alguma medida surpreendente. As expectativas das tendências estudantis majoritárias não se verificaram sendo aprovadas uma Carta de Princípios solidária às lutas dos trabalhadores e uma diretoria ainda provisória.

De outro lado não era esperada a liderança que em muitas questões o "bloco de esquerda" das tendências conseguiu alcançar.

O que isto implicará nos passos seguintes para a formação de chapas que concorrerão no segundo semestre é a grande interrogação.

Por Flávio Andrade

va, da Bahia, Paulo Massoca de São Paulo e outros tidos até o Congresso como favoritos para a presidência da entidade. Era defendida portanto pelas tendências que, juntas, formavam a maioria, a nível das lideranças do movimento estudantil nacional. No entanto o resultado foi, de um lado uma prova da democracia do Congresso e uma demonstração do grau de autonomia dos delegados. E, de outro, a sintonia estudantil com o ascenso do movimento dos Trabalhadores ao se posicionarem por uma Carta de Princípios claramente claustrista, contra uma alternativa liberal, democratista ou populista.

Solidariedade aos trabalhadores

Já na prévia do dia anterior à votação — na Comissão — o resultado se prenunciara em proporção ainda maior. E, apesar das tentativas da mesa, dominada pelo chapão, de manobrar em favor da sua proposta, pedindo inclusive recatagem dos votos, a vontade da maioria dos estudantes se impôs.

Para se ter uma medida da defasagem das propostas populistas com relação ao ânimo da massa de delegados, basta ver a questão referente ao caráter do ensino pelo qual a UNE deve lutar com a popularização em torno da proposta "por um ensino público e gratuito em todos os níveis e voltado para os interesses da maioria da população" defendida pelas tendências do chamado "bloco de esquerda". Os que se posicionavam contra, a maioria do "chapão", arguíam que esta é uma questão programática, que não deveria constar da Carta, pois "muitos podem ser contra e isto vai excluir". Propunham um ensino simplesmente "crítico", "aberto", voltado para "o progresso" etc. Este descompasso das posições populistas para com os delegados não deu em outra: vitória arrasadora do "bloco de esquerda" das tendências.

Assim, na questão da Carta de Princípios o que ficou patenteado é que a maioria dos estudantes hoje está bem à frente de suas direções majoritárias — marcada ainda pelo populismo — e portanto defasadas do momento atual de entrada em cena dos trabalhadores na luta contra a exploração e a opressão. De outro lado, é inegável também que para este resultado contribuiu um certo descaço das direções populistas para com os debates políticos na massa, preocupadas que estavam chegar a algum acordo em termos da composição de uma chapa para diretoria, o que era a sua ambição maior para este Congresso.

A derrota populista

O que foi então sua segunda grande derrota. Pois o Congresso decidiu por uma diretoria provisória composta de oito entidades — UEE de São Paulo e DCEs do Pará, Pernambuco, Bahia, Minas, PUC do Rio, Brasília e Rio Grande do Sul e eleições para uma diretoria definitiva somente no segundo semestre. E não pôde ser de outra forma. A preparação do encontro se deu em cima de questões relativas à reconstrução da

E agora?

Mas o Congresso não reconheceu esta realidade e ficou como que engasgado na garganta dos favoritos. Não estava no cálculo político deles a grande autonomia dos delegados com relação às tendências. Tampouco o ânimo desta massa, em sintonia com as lutas que hoje são travadas pelos trabalhadores, mostrando desta forma o atraso das propostas populistas. Não previram também a ineficácia que é tentar retirar propostas não amadurecidas na preparação do Congresso como por exemplo uma diretoria definitiva e, por fim, o grau de dificuldade para um acordo interno ao "chapão".

De outro lado o Congresso deixou claro o espaço que está aberto entre os estudantes para uma chapa mais à esquerda do populismo com um caráter de solidariedade classista aos trabalhadores. Isto se mostrou nas sucessivas vitórias do "bloco de esquerda" das tendências desde a Carta de Princípios até a questão do caráter da diretoria.

Agora é tocar a bola para a frente. Reconstruída a entidade máxima dos estudantes, a questão é a preparação para as eleições do segundo semestre abrindo o debate em torno dos programas e chapas que concorrerão. E neste processo vai ser fundamental observar até que ponto estes resultados do Congresso vão ser realisticamente balanceados pelas tendências com vistas à reformulação ou aprofundamento de suas propostas. Muita água vai correr.

Plano de Lutas

Este o plano de lutas aprovado que juntamente com a preparação e realização das eleições no segundo semestre deverá ser levado pela atual diretoria provisória.

A Carta de Princípios aprovada

- 1 — A UNE é a entidade máxima e representativa dos estudantes brasileiros de defesa dos seus interesses e direitos.
- 2 — A UNE é uma entidade livre e independente subordinada unicamente ao conjunto dos estudantes.
- 3 — A UNE deve pugnar em defesa dos interesses e direitos dos estudantes sem qualquer distinção de raça, cor, nacionalidade, sexo ou convicção política, religiosa ou social.
- 4 — A UNE deve prestar solidariedade à luta dos estudantes e entidades estudantis de todo o mundo.
- 5 — A UNE deve incentivar e preservar a cultura nacional e popular, em todos os níveis.
- 6 — A UNE deve lutar pelo ensino público e gratuito, voltado para os interesses da maioria da população.
- 7 — A UNE deve lutar contra todas as formas de opressão e exploração e prestar irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores do mundo inteiro.

Ibrahim: 11 anos depois

A volta de José Ibrahim, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, dirigente da greve mais import ante de 1968, marco na história do movimento operário brasileiro, não é um acontecimento comum: depois de 10 anos de banimento, ele retorna, trazendo uma vasta bagagem de experiência e formação, adquirida através de um contato estreito com as lutas operárias, a nível internacional. EM TEMPO foi visitá-lo na casa de sua família, no bairro de Presidente Altino, em Osasco, a dois passos do sindicato que ele dirigiu em 1967/68. Lá,



Em Tempo: Passados 11 anos, como você veria a experiência de Osasco? Para alguns setores, Osasco mostraria o caminho que todos os conflitos operários percorreriam no Brasil, depois de 1968, enquanto que, para outros, ela representaria um trágico erro, em sua condução, no momento em que aconteceu, responsável por um retrocesso de muitos anos para o movimento operário.

José Ibrahim: Em primeiro lugar, tínhamos que ver, por exemplo, todo o trabalho que antecedeu à greve e também a experiência anterior ao golpe de 1964, não ver nada em termos de corte, nem de 64, nem de 68 para hoje. A gente analisa o movimento operário como uma continuidade com altos e baixos. Depois de 64, os setores mais experientes, combativos e conscientes, que inclusive tiveram experiência no período anterior, passam a se reagrupar, já que o governo intervém nos sindicatos, começa com o arrocho salarial, cria dificuldades para o direito de greve, retira a estabilidade, impõe o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, enfim, toda uma série de situações novas que o movimento operário tem que enfrentar. Enfrentar dentro de uma perspectiva nova. É a partir dessa situação criada que se começa a aglutinar e se dá o surgimento das Oposições Sindicais.

No caso de Osasco, um lugar de grande tradição, os operários de Osasco viveram intensamente aquele período anterior a 64. (Eu de certa forma participei um pouco disso, pois comecei a participar a partir de 1961). A gente, logo após 64, se organiza como Oposição Sindical, continuando com o trabalho mas dentro de uma nova perspectiva, surge aí a perspectiva das Comissões de Fábrica. A experiência da Comissão de Fábrica da Cobrasma foi muito importante, pois foi a primeira Comissão que se organiza, que ganha uma certa autoridade, que não era só dentro da Cobrasma, mas fora, pela atuação dos elementos da Comissão na vida sindical aqui em Osasco. Depois, a legitimação dessa Comissão, foi também a primeira vez que se legaliza uma Comissão de Fábrica. Então, essa Oposição Sindical ganha bastante força e representatividade, que leva inclusive à nossa vitória: pela primeira vez, uma OS, desde o golpe, ganha uma eleição, que foi em 1967. Tudo isso foi fruto desse trabalho, dentro de uma nova perspectiva, mas que assumia inclusive a experiência do passado, dentro de um espírito crítico.

A nossa atuação dentro do sindicato, qual foi? Anteriormente à nossa vitória nas eleições sindicais, só tínhamos um trabalho dentro da fábrica e tínhamos um trabalho dentro do sindicato. Nossa atuação dentro do sindicato nunca se caracterizou por uma pichação à diretoria que estava lá. A nossa atuação no sentido de fortalecer essa perspectiva nova, de apresentar propostas de luta diferentes das da diretoria, porque essa diretoria não era uma diretoria combativa. O trabalho dentro da fábrica era feito na perspectiva de organizar grupos de fábrica e comissões de fábrica. Nós, por exemplo, fazíamos um trabalho de sindicalização maior do que a da diretoria do sindicato. Para nós, não havia nenhuma contradição entre a nossa perspectiva de oposição sindical, como alternativa, como combate à estrutura, como proposta, com o trabalho de sindicalização, de trazer o pessoal para o sindicato.

— Todo esforço, cada assembleia sindical que se fazia, independente do motivo para que fora convocada — podia ser uma questão burocrática do sindi-

cato ou podia ser a campanha salarial, ou um teatro do sindicato — a gente fazia mobilização, trazia a massa para dentro do sindicato. Nada disso era contraditório. Então, foi essa atividade bastante ampla que leva à vitória da gente e que proporciona, depois que a gente está com o sindicato, a oportunidade de ampliar e aprofundar ainda mais esse trabalho.

A partir do momento em que a gente estava com a direção do sindicato, a gente passou a fazer um trabalho em outro nível, que era de mobilizar fábrica por fábrica, levantando as reivindicações específicas de cada uma, pedindo discussão com os patrões. E praticamente em todas as fábricas a gente realizou isto, esse processo de discussão a nível de assembleia por fábrica e a discussão com os patrões. Em algumas fábricas, inclusive, apesar dos patrões não reconhecerem uma comissão lá dentro, aceitavam uma representação do pessoal, era sempre uma exigência nossa — não queríamos só a diretoria do sindicato discutindo "com você," dizíamos aos patrões, "queremos uma representação de dentro da fábrica," porque inclusive era para informar melhor o pessoal do andamento das discussões, era gente escolhida por eles mesmos. Realizamos todo esse processo: conseguimos muito pouca coisa, algumas reivindicações eram satisfeitas, a maioria não.

Depois nós entramos num outro processo: o de convocar mesas redondas na Delegacia Regional do Trabalho, que é um artifício que a CLT oferece. Fizemos isso também com a maioria das fábricas. Enfim, foi todo um processo que a categoria dos metalúrgicos de Osasco viveu, participou, acompanhou. Quando teve o primeiro dissídio coletivo de que a gente participou enquanto diretoria, discutimos muito a questão do dissídio, da legislação, do arrocho salarial, o problema do direito de greve, todos os mecanismos que na realidade impediam a gente de fazer uma greve. E na assembleia final, a categoria tomou a decisão de não entrar em dissídio com o apoio da diretoria, pois era essa a nossa posição — não entrar em dissídio e deixar que os patrões aplicassem a tabelinha do governo pois a gente sabia que não conseguiria mais do que aquilo, porque não tínhamos condições de ir à greve. Então, não quisemos entrar naquele jogo porque sabíamos que era um jogo de cartas marcadas.

Bom, a greve surge dentro desse processo, de mobilização e participação, porque já havíamos esgotado todos os instrumentos legais que se ofereciam para a gente e não conseguimos nada. O próprio pessoal então compreendeu que não tinha outra saída. Por exemplo, a proposta de greve não partiu da diretoria do sindicato. A greve começou a acontecer antes, teve a greve da Barreto Keller porque nas discussões com os patrões eles prometeram aumento, mas quando chegou o pagamento o pessoal viu que o aumento era para alguns caras só, e não era para todo mundo. Então, eu estava no sindicato, primeiro me telefona o pessoal da fábrica e depois o patrão dizendo, "olha, o pessoal aqui parou". E toca a gente ir discutir com os caras. E havia outras fábricas também já ameaçando, porque as promessas não eram cumpridas, o clima era de descontentamento, as pessoas não aceitavam mais aquela situação.

A greve vem então nesse processo. Dentro da Cobrasma, o pessoal da Comissão, o diretor do sindicato que estava dentro da fábrica, vinha para nós dizendo, "o pessoal tá dizendo que você do sindicato que sempre falaram em greve, no direito de greve, agora que



tá todo mundo querendo greve a diretoria tá querendo segurar". Porque a nossa visão era chegar até o dissídio em novembro, era segurar as pontas até a campanha salarial, juntando com São Paulo e Guarulhos.

"Ninguém participou da greve porque foi na onda. Tudo mundo estava consciente do que fazia."

E depois havia toda aquela questão do MIA (Movimento Intersindical Anti-Arocho) de que a gente estava participando ativamente — aquelas mobilizações do MIA que deram até no 1.º de Maio de 68. Bom, o clima era tal, de descontentamento e de aperto, tínhamos a greve de Minas que estimulou bastante, além da atitude do governo que era de negociação, de não reprimir violentamente, isso tudo encorajou bastante o pessoal. Quando a gente assumiu a posição de ir à greve, foi depois desse processo em que todo mundo estava consciente, ninguém participou dessa greve sem saber ou porque foi na onda. Houve muita discussão para se chegar a essa conclusão. Na última assembleia, todos os oradores assumiam a consequência, porque nós mostrávamos as possíveis consequências, porque seria uma greve que naturalmente seria considerada ilegal pelo governo. Foram am-

plamente discutidas as consequências: perda do emprego, intervenção no sindicato, enfim, uma série de coisas que poderiam acontecer, desde a diretoria até a massa em geral.

Não houve precipitação, nada disso: não havia condições de segurar mais. Seria muito difícil vencer a categoria que teria de esperar mais vários meses, até a campanha salarial. Não só pelo clima, mas também pela situação concreta de cada operário: a gente tava dentro do sindicato, via o pessoal vir e colocar sua situação provocada por quatro anos de arrocho salarial.

"A autocrítica que assumo: a gente conduziu mal."

Analisando a greve em si — e a autocrítica que assumo — é que a gente conduziu mal. Analisamos mal o momento político, avaliamos mal o comportamento do ministro Passarinho, lá em Minas, etc. Dada a indisposição do governo e dos patrões em negociar, a gente poderia ter conduzido de outra forma. Acho que a gente facilitou essa indisposição e a vontade que havia de reprimir e dar uma lição, porque a conjuntura tava prá fechar — logo em seguida vem o Ato-5. Acho que a gente poderia ter parado as fábricas por alguns momentos, talvez devesse ter discutido melhor a questão da ocupação da Cobrasma e da Lonaflex. Não chego a dizer que foi errado, porque o ca-

As Oposições Sindicais, vistas por um dos seus fundadores

— Para você o que seria Oposição Sindical? Essa pergunta se dá a partir de uma certa confusão que está havendo por aí: quando há diretorias mais combativas nos sindicatos, há setores que pensam que a OS deva desaparecer. O fato mesmo de Oposições ocuparem os sindicatos, a maior combatividade de direções que na origem nem eram oposição sindical, tudo isso dá uma complexidade muito grande ao quadro...

A perspectiva de OS surge como uma alternativa à estrutura sindical, numa perspectiva de organização pela base, através das Comissões de Fábrica, na linha de um novo sindicalismo que rompe com essa estrutura e com aquela tradição sindicalista verticalista, de orientação de cima pra baixo, sem participação da massa, controlada, ligada ao Estado. A Oposição Sindical é diferente, é uma alternativa a isso aí, que vai desde as comissões de fábrica, total independência ao aparato do Estado, negociações livres e diretas, liberdade dos trabalhadores se organizarem da forma que acharem melhor, enfim, uma outra prática.

Nós nunca identificamos a perspectiva de OS com o combate puro e simples a uma diretoria. Na minha opinião, não desaparece a perspectiva de Oposição Sindical quando se tem uma diretoria combativa no sindicato, como aconteceu quando a gente ganhou o sindicato em Osasco.

Para mim desaparece a perspectiva de OS quando a gente atinge esses objetivos, que mencionei. Agora, quando existe uma diretoria combativa, que fecha com certos princípios de um sindicalismo novo, eu acho que a perspectiva de trabalho é diferente, mudam algumas coisas. Eu

acho que é possível com toda uma série de direções sindicais, que não se identificam com a Oposição Sindical, mas que numa série de questões estão de acordo, é possível um trabalho conjunto. Acho que um dos pontos que sempre foi levantado pela Oposição Sindical é a questão da unidade em torno de certos princípios. Eu acho possível se efetivar a unidade com uma série de direções sindicais que estão aí, hoje, dar juntos esse combate à estrutura sindical.

"Não é só possível, como é importante trabalhar com os 'autênticos'"

Por exemplo, a maioria dos sindicalistas ditos "autênticos" em uma posição de combate à estrutura, têm uma visão crítica. Portanto, acho que não só é possível, como é importante esse trabalho em conjunto. Eu acho que, por outro lado, seria um erro deixar de lado nossa perspectiva de trabalho dentro da fábrica, dentro mesmo da estrutura oficial, por um combate puro e simples à direção do Sindicato. No passado calmos nesse erro, acho que também no período pós-68, ele foi repetido em algumas oportunidades, mas creio que isso tem que ser superado e devemos partir para uma perspectiva mais ampla desse trabalho sindical.

— Você acha que, tendencialmente, haveria uma desapropriação dos pontos de diferença entre o sindicalismo "autêntico" e a Oposição Sindical? O que difere, hoje, o sindicalismo "autêntico" da Oposição Sindical?

— Não poderia precisar bem o que difere. Não tive oportunidade de discutir nem com as Oposições nem com alguns sindicalistas mais combativos. De qualquer forma, num ân-

bito geral, eu acho que a tendência não é desaparecer a Oposição Sindical enquanto personalidade, enquanto alternativa. A tendência que existe é a possibilidade de um trabalho unitário, essa é a tendência mais forte e essa pelo menos é a minha perspectiva.

Por exemplo, na reivindicação dos metalúrgicos do ABC, não se colocava a questão das Comissões de Fábrica, se colocava somente a dos delegados sindicais, enquanto a proposta da OS de uma presença organizativa dentro da fábrica é a das Comissões. Isso é um dado que tem que ser discutido, em princípio não sou contra os delegados, desde que eleitos pela base, sou favorável, mas acho que isso aí não substitui a necessidade de uma organização mais ampla dentro da fábrica, representativa do conjunto dos trabalhadores, sejam sindicalizados ou não. Não digo que isso seja uma diferença, uma contradição, mas acho que tem que ser discutido.

"A proposta de Oposição Sindical não foi criada artificialmente"

É importante precisar que a proposta de Oposição Sindical não foi criada artificialmente, ela é expressão da realidade do movimento operário e nasceu da necessidade dele de buscar um caminho que realmente satisfizesse os seus interesses. Hoje existem inclusive direções eleitas com as perspectivas de OS, mas tenho certeza que essa proposta está baseada num programa que realmente expressa uma alternativa de organização sindical para os trabalhadores. A minha opinião é que, enquanto existir essa problemática, vai existir a necessidade da OS.

Para nós, essa questão é muito clara: se tem uma direção no sindicato que é realmente autêntica e representativa, então ela vai ter que organizar o pessoal dentro da fábrica, porque não adianta nada ser autêntico e depois convocar uma assembleia e não deixar os trabalhadores falar, dizer que é contra as Comissões de fábrica, fazer acordos nas costas dos trabalhadores e impor. A perspectiva de OS envolve um programa e uma forma de ação sindical que é distinta do que é a estrutura e a prática sindical oficial que temos. Então, na minha opinião, uma direção, mesmo que não se diga de Oposição, mas que tenha uma prática consequente, tudo bem. Ela não quer o rótulo de OS, não tem problema, o importante é que tenha uma prática de Oposição.

Então, a sigla de OS é uma tradição, ela vai persistir mesmo. Eu acho que a questão da não diluição é importante também.

Porque a gente acha que as oposições se debatem hoje, com uma crise de identidade. Por um lado, há o perigo do desvio setorial, de fechar os autênticos de "neo-pelegrinos", de rechaçá-los totalmente e evitar a unidade de ação com eles. Mas por outro lado, há também o risco de se cair num seguidismo, de se diluir nessa corrente, renunciar à sua própria personalidade. Precisando melhor: uma oposição sindical diante de um sindicato mais aberto, ela deve utilizar os canais do sindicato — seu jornal, etc — e deve também ter um tipo de estruturação e imprensa própria que veicule suas posições? Há um outro problema: há setores que, mesmo identificando-se com a sigla da OS, fogem bastante dos princípios que você enunciou, colocando-se numa perspectiva de tipo "sindicalismo livre", etc. Além disso, você veria hoje maturidade nas OS para se colocar a possibilidade de uma coordenação mais ampla delas?



— Eu acho que OS tem que se estruturar, se organizar melhor, tem que ter maturidade política para saber levar a discussão com os outros setores, ou seja, com as direções sindicais mais combativas e estabelecer pontos de unidade com elas. Agora, não é porque o sindicato lança um panfleto que a Oposição deve soltar outro, se for com o mesmo objetivo. Acho que isso aí prejudica a unidade, prejudicando o conjunto do movimento operário. Agora, eu sou a favor de que a OS tenha um jornal, inclusive a nível nacional, que expresse sua proposta em todos os níveis. Não é porque uma direção combativa assume o sindicato que vá desaparecer a necessidade dessa estruturação.

"Esse sindicato que está aí é nosso, é dos trabalhadores"

Acho que nossa proposta não tem nada de sindicalismo paralelo. Acho que quem tenha uma proposta desse tipo não vê a necessidade de fazer campanha de sindicalização, de levar gente para dentro do sindicato, não vê a necessidade, mesmo com um cara como o Joaquim — o que é

difícil — de buscar a unidade, em determinados momentos, não vê a necessidade de se apresentar chapas nas eleições sindicais. Quem tem uma visão desse tipo vai construir um outro sindicato. Agora, a nossa visão passa pela transformação disso aí: nós reconhecemos que o sindicato, como ele é, é um ponto de referência para a classe. Então, nós temos que atuar aí dentro, apesar de não concordarmos com a legislação que enquadra esse sindicato, mas para nós esse sindicato é nosso, é do trabalhador. O problema é que ele está enquadrado em toda uma legislação que foi imposta aos trabalhadores, que vem de quarenta anos. Nós temos que romper com isso, mas a partir desse ponto de referência.

Para mim isso é muito claro. Foi a partir dessa visão que nós assumimos concorrer às eleições e ganhar. Foi a partir daquele sindicato que assumimos a luta que deu na greve de Osasco. Continuamos também com as Comissões: para nós isso não era contraditório com o sindicato tal como ele é, era contraditório com a estrutura sindical. Nós, inclusive, poderíamos não ter concorrido às eleições, e partido para uma estruturação toda diferente das Comissões e fazer um negócio totalmente paralelo. O que na minha opinião seria um erro político muito grande.

"O sindicato deve fazer política. Deve ter um projeto social."

Para mim sindicato é a organização do conjunto de classe. Não é só um órgão destinado a travar as lutas econômicas dos trabalhadores; deve fazer política, deve ter um projeto de sociedade, deve levar a discussão sobre o tipo de sociedade que a gente quer aos trabalhadores. Mas não confundo isso com partido político. Partido político é outra coisa. Por

exemplo, se você pega os sindicatos italianos, na Itália eles representam o conjunto da classe — eles discutem a nível do governo a política educacional, a política de investimentos, o que muitas vezes não é a posição nem da Democracia Cristã nem do Partido Comunista. Por que isso? Porque o sindicato assume uma representatividade muito mais ampla, e de um outro tipo, que a de um partido político, que representa apenas uma parcela dos trabalhadores.

Mesmo num sistema superior o sindicato deve continuar existindo, com essa função e com esse nível de representatividade. Então, o sindicato não é coisa da burguesia, nem inventado por ela, é uma necessidade dos trabalhadores.

— Como você vê a questão da articulação orgânica e política de construção de uma Central Única dos Trabalhadores? — A construção de uma Central dos Trabalhadores é uma necessidade para o movimento operário e só ver o exemplo dos países onde o movimento operário tem maior tradição. Por princípio, eu sou contra a formação de várias centrais. Acho que a atomização que ocorreu na Europa obedeceu a uma realidade de após guerra, o problema da "guerra fria", a divisão do movimento operário a nível internacional, etc. Necessariamente isso não deve acontecer aqui. Por princípio, sou a favor de uma central unitária.

"Central Única só com mudança da estrutura sindical. Antes é recifitacão"

Agora, a gente sabe bem que a nossa legislação não permite a organização dos trabalhadores a nível nacional. Não permite nem a articulação de um sindicato com outro, nem a nível setorial. Então, a cons-

trução dessa Central passa, primeiro, pela superação da estrutura sindical. Pela legislação atual é impossível e se desta atual estrutura nascer uma Central, acho que ela será uma caricatura.

A minha proposta é de um amplo debate de todas as correntes presentes no movimento operário sobre a questão da Central e da discussão de uma plataforma de ação.

— Você acha que o debate sobre a nova CLT deve ser aproveitado para também se introduzir a questão da Central Única?

— Eu acho. Creio que a questão da Central está na ordem do dia, não é pra amanhã. A própria articulação intersindical ocorrida durante a greve do ABC é positiva, aponta para isso. A existência das OS nas diversas categorias e presentes nos principais centros do país também são indícios positivos. Entretanto, o debate hoje sobre esta questão ainda está bastante atrasado. A questão da Central envolve questões mais amplas da conjuntura política: o espaço que foi conquistado até agora permite o debate e algumas iniciativas como as que apontei, mas acho que não permite o encaminhamento concreto dessa proposta. Ainda temos todo um processo pela frente, pois esta questão está intimamente ligada à questão das liberdades democráticas.

— Como especulação, você não poderia prever uma articulação oficial, semi-legal, do tipo do CGT, antes de 1964, ou mesmo como a UNE, tolerada, mas não admitida oficialmente pelo regime?

— Isso seria uma precipitação. Se você analisa o que foi o CGT, antes de 1964, ele era um órgão de cúpula como qualquer outro: era extra-legal, mas era filho da mesma estrutura sindical. Acho que não podemos repetir esse erro: mesmo que a Central

Um balanço de Osasco

entre um franguinho a molho pardo cuidadosamente preparado por dona Zeli na, a mãe de Ibrahim, um abraço num amigo de infância, ele mostra o que foi a experiência de Osasco, fala sobre o futuro das Oposições Sindicais e as novas lutas dos trabalhadores, discute acerca da Central Única dos Trabalhadores e da rearticulação partidária, situando sua disposição de intervir no momento político e sindical.

Foram quatro horas de discussão, só interrompida quando o apito da Cobrasma — fábrica em que ele trabalhou — tocou, no fim da tarde.



ráter de ocupação e de insurreição foi dado muito mais pelo governo e pela imprensa em geral, do que por nós. O pessoal ficou dentro da fábrica tal como ocorreu no ano passado (no ABC, Osasco e São Paulo). No entanto ninguém caracterizou como ocupação, como prisão dos patrões dentro da fábrica, coisa que na greve de Osasco também não aconteceu. Ninguém prendeu patrão, nada disso. Pelo menos não conheço nenhum patrão que foi na imprensa e confirmou isso.

Diziam que na Cobrasma o Vidigal foi preso... Ora, discuti uma vez com ele e o pessoal do Ministério que veio aqui, no escritório da Cobrasma, que ficava, inclusive, fora do corpo da fábrica. Os operários que ficaram dentro da fábrica — era 99 por cento do pessoal — ficou porque quis. Inclusive, quando fui lá, com os representantes do ministério e com outro diretor — não o Vidigal, porque ele não quis entrar lá — nós entramos na assembleia (porque a diretoria da fábrica queria negociar, nós dissemos "muito bem, só que lá dentro da fábrica, com o pessoal, eu não vou discutir aqui só com vocês, entre quatro paredes"). O diretor inclusive pediu garantias de que entrava e saía da fábrica e os operários deram e cumpriram. Eu inclusive perguntei — já que se dizia que tinha lá dentro gente que estava lá obrigada, crianças, mulheres e até chefes — se alguém estava lá contra a vontade. Todo mundo disse que não, que ninguém estava obrigado. Então não teve esse caráter que quiseram dar, o pessoal ficou dentro da fábrica. Naquela situação, a gente poderia ter encaminhado de outra forma, para não facilitar o trabalho da-

queles que estavam com a posição de reprimir, como acabou acontecendo.

Quando o representante dos patrões falou, o cara colocou: "olha, a diretoria da fábrica está reunida, nós estamos com as reivindicações na mão (a reivindicação básica era o seguinte: 35 por cento de aumento, depois tinha reivindicações específicas da fábrica e o Contrato Coletivo de Trabalho). Ele disse bricas paradas, e a legalização das Comissões de Fábrica apresentaria uma contraproposta, que estava tudo bem. Não falou nem que era condição que era necessário parar a greve. Partiram do princípio que a greve tava ali, e que eles tinham que fazer uma contraproposta. Ele falou isso à tarde.

Eu voltei para o sindicato e dei o Informe para a diretoria — eu estava circulando normalmente, não havia problema nenhum, para mim a greve havia entrado num caminho de negociação como qualquer greve (isso foi no primeiro dia). Quando foi de noite recebi um telefonema de que estavam invadindo a fábrica, o sindicato não foi notificado disso aí. Então para justificar a repressão é que se falou em reféns, em mil coisas. Na verdade não era esse o clima; era de negociações, o sindicato estava comprometido com a greve e encaminhava as negociações. Isso aconteceu com a Lonaflex e com as fábricas onde o pessoal parou e não ficou dentro, não para o sindicato, em busca de orientação, para se informar. Não havia nenhum clima de tensão no sindicato, o pessoal estava em assembleia reunido.

"A greve de Osasco foi pretexto para reprimir o Movimento Operário"

Apesar da repressão violenta da Lonaflex e da Cobrasma, a greve continuou. A problemática da greve de Osasco é a mesma problemática que gerou as greves atuais, não mudou nada, as questões permanecem e provavelmente não vão mudar inclusive a necessidade do movimento sindical tem de não ter mais essas amarras, de negociar livremente com o patrão e aí depende da força de cada um, do nível de organização e da disposição de fazer concessão de cada parte, que é normal que aconteça em qualquer país capitalista da Europa.

Agora, no nosso caso, a questão sindical sempre foi tratada como um caso de polícia, a coisa é diferente. A greve de Osasco foi típico disso aí, eu acho que a repressão que sofremos naquela época foi muito mais fruto da conjuntura política que se vivia, do nível de acordo que havia entre as classes dominantes, de impor aquele modelo que depois deu no "milagre econômico", já havia um consenso entre eles de que era necessário dar uma lição no movimento popular que já estava se rearticulando. 67/68 foi um ano de grandes mobilizações populares. Acho que eles pegaram a greve de Osasco como cobaia nesse processo. Foi um pretexto para reprimir o movimento operário que estava tendo um auge a partir das mobilizações do MDA, do surgimento das Oposições Sindicais em praticamente todas as categorias profissionais, já tinha havido a greve de Minas, etc. A greve de Osasco, muito mais importante, seria um exemplo muito ruim para quem não estava disposto a abrir de jacto nenhum — pelo contrário, estava disposto a fechar.

Por que Osasco ficou isolada, não desencadeou uma resposta de solidariedade das outras regiões, a exemplo do que ocorreu agora, com o ABC?

— Olha, eu acho que a coisa não foi bem assim. Se você pega os jornais da época, você vai ver que todos os dirigentes sindicais — inclusive o Joaquim — se solidarizaram com a greve. Foi feita uma reunião, em São Paulo, com praticamente todos os dirigentes sindicais, eles vieram aqui em Osasco trazer sua solidariedade. Inclusive, quando o interventor veio para tomar posse, havia uma grande massa no Sindicato e um monte de dirigentes sindicais que praticamente impediram o interventor de tomar posse, ele tomou posse noutro dia, houve manifestos de apoio, organização de coletas, etc. Inclusive fábricas, como a Sofunagem, em São Paulo, parou, em solidariedade. Enfim, havia uma disposição de outros setores em engrossar a greve.

Agora, o problema é que a greve foi reprimida violentamente no primeiro dia, o sindicato sofreu logo a intervenção. Isso aí levou o movimento a um refluxo. Acredito que se a greve durasse mais uns dois ou três dias, outras categorias aqui em Osasco parariam e em outras regiões, como o ABC, onde havia uma grande disposição de ir à greve. Inclusive, o pessoal de Minas, que estava descontente com aquele negócio dos 10 por cento, também entraria em greve (depois eles entraram em greve de novo). Acho então que essa questão da solidariedade é muito relativa, não é que tenha havido isolamento, o que ocorreu é que o momento era outro.

Com relação à intervenção no sindicato: a nossa visão na época não era a de conciliar para manter o aparato. Nossa visão era de que, "bom, eles podem intervir, mas a gente vai retomar, fechar o sindicato

éles não vão, mas se fechar, a luta continua, se vier intervenção, eles vão ter que convocar eleições depois, vão ter que fazer assembleias, a gente vai participar delas, não tem nenhum problema".

Por outro lado, a gente sabia que, independente da greve, ao primeiro motivo eles Interviriam no Sindicato. Já haviam mesmo ensalado antes, quando tentaram nos colocar como os principais responsáveis pelo que aconteceu no 1.º de Maio, na Praça da Sé — eu mesmo fiquei suspenso 15 dias da direção do Sindicato. Eles queriam, na verdade, é afastar aquela direção do sindicato. E nós estávamos conscientes disso e nem por isso íamos deixar de fazer a greve, porque ela era o único caminho que a gente tinha para ser ouvido. Porque eu faço questão de frisar sempre: nós esgotamos todos os caminhos que tínhamos. A partir daí, ou fazíamos greve ou enfiávamos a viola no saco e dizíamos, "não dá mesmo, e não vamos arriscar a ir pra uma greve".

Quería colocar uma questão mais geral: você disse que o ideal teria sido aguardar a campanha salarial em novembro, para unificar com São Paulo e Guarulhos, mas não dava, a categoria queria ir à greve, estavam esgotados todos os caminhos da negociação. Mas o que perguntei é o seguinte: uma diretoria, em determinadas circunstâncias, deve assumir a responsabilidade de seguir uma greve, até conter o ânimo da massa?

— Acho que deve sim. Acho que esse é o papel da direção, de saber discutir com a massa o momento de um tipo de ação sindical, inclusive muitas vezes segurar o ímpeto das pessoas. Eu acho que a direção do Sindicato de Osasco seguiu bastante. É que essa vontade de ir a greve era anterior a nós, no Sindicato. Inclusive quando eu era presidente da Comissão da Cobrasma, ao relatar os resultados de negociações com os patrões, na assembleia da fábrica, o pessoal muitas vezes queria ir à greve. E nós seguramos várias vezes.

"Nenhuma autocritica quanto ao momento da greve"

Não podemos esquecer que, desde 1964, que o salário vinha baixando. Em 1967 havia clima de greve também. Nós já estávamos na direção do Sindicato e seguramos as pontas, mostramos ao pessoal que não era o momento, que não dava. Então a alternativa, que foi a mais avançada na época, foi não ir a dissídio, já que não tínhamos condições de ir à greve, mas também não entrávamos no jogo.

Eu, por exemplo, não faço autocritica do momento da greve, dizer que a direção do Sindicato foi fraca por não ter segurado. Tem outros fatores que impediram o êxito — o momento não era bom, era férias, havia um recesso parlamentar, as mobilizações estudantis estavam em refluxo. Não cabe realmente nenhuma autocritica; realmente se esperou bastante e acho que não tínhamos de pensar duas vezes, dada a disposição, o nível de combatividade. Eu acho que dificilmente teríamos condições políticas de justificar uma orientação de outro tipo para a massa. Acho que seria um desgaste muito grande, seria contraditório com o compromisso que havíamos assumido muito antes de ganharmos o sindicato, enquanto Oposição Sindical.

Havia então uma contradição entre o clima existente no país, que era fechamento, e o particular aqui em São Paulo, que era mobilização e combatividade do movimento operário... Exatamente.

surja extra-oficial, ele poderá não ser representativo do conjunto dos trabalhadores. Devemos chegar a uma Central Única com a participação dos trabalhadores, quando eles tenham condições de se expressar e de livremente escolher a sua forma de organização.

Essas condições a gente ainda não tem, está se conquistando. Acho que a cada greve que passa nascem novas comissões de fábrica, a questão sindical está na ordem do dia. Creio que o que se deve fazer, então, é não só debater como ir dando passos concretos. Nesse caminho pode se fazer muita

coisa, organizar vários encontros, debates entre as várias correntes. Enfim, existe todo um processo que necessariamente desemboca na construção de uma Central. Mas qualquer coisa mais avançada, neste momento, será uma precipitação. Não podemos cair nesse erro, temos que combatê-lo.

Os candidatos, não sou contra a nossa participação aí. Estou bastante aberto nesta questão. Depende muito de como vai evoluir essas articulações, pode ser que numa delas haja uma grande participação popular. Acho que agora, levantar a questão, construir um partido com tais e tais características, ainda não é possível. Entretanto, creio que essa questão deve ser tratada desde já. Para mim, a questão central é a liberdade ampla e irrestrita de organização? — Mais concretamente: em 18 houve divisão nas

Oposições com relação à questão eleitoral, na participação, no apoio a candidatos. Você acha que essa participação ainda pode se dar através do MDB? caso seja mantido o atual quadro partidário? — Eu acho. Inclusive minha posição na seleção passada foi contrária ao voto nulo. Na situação atual, com espaço político mais amplo há ainda melhores condições. Enfim, sou a favor da participação, como sempre defendi, no passado. Também não defendo um apoio indiscriminado ao MDB: acho que o

movimento popular pode identificar alguns candidatos em que ele possa depositar um certo nível de confiança, sabendo e conhecendo todas as limitações que existe para sua atuação. A prática tem demonstrado: o apoio dado às lutas populares por certos parlamentares joga um certo papel. Roque: O Ibrahim falou em apoiar candidatos. Agora, se eventualmente, o próprio movimento popular, as oposições sindicais, tiverem condições de lançar seus próprios candidatos, isso deve ser feito



desde os ex-companheiros de fábrica aqueles com quem eu jogava bolinha de quim, caçava passarinho, etc. E também tem vindo dirigentes sindicais, como o Jacó Bittar, que eu não conhecia antes, nem veio para discutir política, veio apenas me visitar, veio o Henos Amorina a quem eu conhecia anteriormente. Veio o pessoal de oposição sindical, daqui, de outros lugares. Então estou ainda nessa fase, de conversar, tomar um choppinho, matar a saudade da cachaca. Estou sem nenhuma pressa, não voltei apressado.

Acho que isso vai durar mais alguns dias, ainda tenho que conhecer a família da minha mulher. Depois, acho que vou começar a resolver os problemas, trabalho, casa — a gente vai procurar uma casinha aqui mesmo em Osasco. O meu problema de trabalho estará ligado ao processo que respondo; esse processo será trabalhoso, porque no período em que estive preso não prestei nenhum depoimento, creio que terei de depor muito. Isso deverá prejudicar qualquer tentativa de um emprego melhor.

Isso está ligado também a questão da anistia: creio que saindo, mesmo com o projeto limitado do governo, eu estarei dentro dela. Isso poderia facilitar o meu emprego. De qualquer maneira, vou ficar ligado de uma forma ou outra à vida sindical.



A questão central é a liberdade ampla e irrestrita de organização

— A reorganização partidária obedece a uma necessidade do regime de criar uma base de sustentação política que não tem hoje. Razoável pela qual se encaminha para aplicar hoje os mesmos métodos já utilizados quando se criou ARENA e MDB. Mas há um outro dado que é o das pressões da sociedade, maiores que naquela época: os setores populares interviram no jogo partidário tradicional, antes mesmo da criação dos novos partidos, como ocorreu nas eleições parlamentares. Para uns, se coloca a possibilidade de se aproveitar o espaço para criar um "partido estratégico"; para outros a de aproveitar o espaço para criar um "partido tático", inclusive porque não há espaço ainda para o "estratégico". Fala-se em PS, PTB, PT, etc. Como você vê esse quadro?

— Esse é um problema do qual estou pouco informado. Sei de antemão que é uma questão complexa: primeiro, porque tradicionalmente, no Brasil, os partidos tem sido construídos de cima para baixo. Segundo, porque os trabalhadores e os setores populares em geral, necessitam ter sua expressão política: eu acho que enquanto trabalhadores não terem sua independência se não tivermos nossa independência política.

Frísando bem que estou desinformado, que não tenho participado dessas articulações, eu arriscaria a dizer — mesmo com risco

de errar — que não vejo condições de uma rearticulação partidária imediata. Acho que por mais que essa discussão tenha sido travada, por mais articulações que tenham aí ocorrido, acho que ainda isso não é o suficiente para se partir para definições mais concretas. Acho que o debate ainda é restrito, que essa discussão depende da ampliação do espaço político. Mas o que para mim é o mais positivo é o nível de preocupação na cabeça de muita gente, de um monte de militantes sindicais, o que demonstram que os trabalhadores estão interessados num partido político, preocupam-se com a política, que não é coisa apenas para os profissionais.

Na minha opinião está havendo pouca participação de base nessa discussão. Repito: arrisco dizer que colocar para hoje a articulação de um partido representativo dos trabalhadores ainda é precipitado. "SOU A FAVOR DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL" — Como os trabalhadores podem expressar, hoje, sua vontade de participar para no processo político? se um partido próprio ainda é prematuro, de que forma então se dá essa participação? Através do MDB? — Os trabalhadores, num passado bem recente procuraram utilizar, a nível político, o único canal que havia, como era o caso do MDB. Em diversas situações, a participação nas



eleições, o apoio a certos candidatos mais comprometidos com um programa de reivindicações populares, provocou muita polêmica. Acho que esse foi um comportamento justo para o movimento, acho que enquanto os trabalhadores não tiverem seus próprios partidos, essa situação vai continuar. Acho que hoje o espaço político oferece melhores condições para que os trabalhadores tenham esse nível de participação. Não sou contra, por exemplo, que mesmo através de um partido com uma série de limitações, um partido que seja uma frente, eu não sou contra apoiar certos

"Não venho com nenhuma cartilha, venho com alguma experiência"

— Aqui temos uma pergunta de emenda: como você vê o problema da mulher?

— Olha, estou de acordo com a tese de que a mulher é duplamente explorada, no trabalho e em casa. A condição da mulher, numa sociedade como a nossa, é uma condição ultra-secundária. Agora, eu não vejo solução para esse problema, a nível geral, fora da luta de conjunto dos trabalhadores, é uma questão que o conjunto dos trabalhadores deve assumir. Ao mesmo tempo, reconheço também que a mulher tem reivindicações específicas. E acho que não é o homem que vai se organizar, vai reivindicar, vai lutar por isso: acho que é reivindicação específica da mulher, se ela não se organizar, ninguém vai lutar por ela.

— Do ponto de vista organizacional, você acha que isso repercute na própria forma das mulheres se organizarem?

— Eu acho. Tem coisas que são gerais, como a própria discriminação que a mulher sofre também faz parte da luta dos trabalhadores. O próprio fato das mulheres se organizarem — por exemplo, em departamentos nos sindicatos — vai ajudar à que o conjun-

to do movimento operário assuma essas lutas.

— Mudando de assunto: como você vê as desigualdades internas à classe operária brasileira, entre categorias ou mesmo dentro de uma categoria. Essa questão é importante porque deverá ter implicações na forma, nas propostas de unificação a nível nacional, da classe operária e é um problema que se apresenta às oposições.

— Existem aí vários fatores, econômicos, regionais de desenvolvimento do capitalismo no Brasil que levaram a essas desigualdades. Um outro fator é a própria estrutura sindical que prejudica as categorias pequenas. Que prejudica o trabalhador rural. Se nós pudéssemos nos organizar horizontalmente, se tivéssemos uma Central Sindical, no seu conjunto, acho que a coisa se daria de outra forma. Em São Paulo mesmo há desigualdades, não precisa sair daqui.

No passado, qual era a categoria mais mobilizada: não era a dos metalúrgicos, era a dos ferroviários, que atuam num setor muito sensível, se eles paravam toda a população sentia. Havia toda uma tendência das classes dominantes a jogar a culpa daquela situação em cima dos ferro-

viários. Corre-se um perigo dos metalúrgicos de São Paulo se isolarem também ganhando a antipatia de setores da população. Já começam a chamar os metalúrgicos de elite, "aristocracia operária", etc. Repetindo, um movimento sindical forte, organizado nacionalmente, reunindo os trabalhadores da cidade e do campo, poderia superar esses problemas.

— O que você pensa em fazer agora?

— Eu era uma pessoa, no passado, bastante conhecida nos meios sindicais. No exterior, procurei me manter ligado ao movimento sindical aqui no Brasil, desenvolvendo um trabalho de informação, contatos com as diversas centrais sindicais no sentido de uma maior compreensão com o que se passava aqui no Brasil. Acho que adquiri uma experiência grande lá fora, pude absorver muita coisa do movimento sindical europeu. Hoje em dia estou voltando. Nesses 10 anos se passaram muitas coisas, eu não vivi essa experiência, eu só acompanhei, com muitas limitações. Mas a minha disposição é de me reintegrar na luta, eu acho que tenho a grande contribuição a dar não venho com nenhuma cartilha, mas venho com uma experiência.

MINAS GERAIS

Professores parados em 330 cidades



Os professores mineiros estão convencidos de que vai dar vitória na cabeça. O governador biondo Francisco Pereira, já virou Francellino "Pauleira". E nada desanimou o professorado. Solidariedade e disposição de luta é o que não falta. Já vai nascer, inclusive, o Comando Estadual da Greve.

O dia-a-dia da greve

- 21-4-79 — Tem início o movimento com uma assembleia de 700 professores da rede oficial e particular
- 28-4 — É realizada a segunda assembleia: estão presentes mais de 1300 professores, entre os quais representantes de cerca de vinte cidades do interior. Aprovam-se as reivindicações de equiparação salarial com os professores do Rio de Janeiro, efetivação dos contratos, equiparação dos inativos para os professores da rede oficial. Os da rede particular exigem abono imediato de 30%, adicional extra-classe de 25%, estabilidade contratual de um ano.
- 03-5 — Entrega dos documentos reivindicatórios ao Governo estadual e municipal, e ao presidente do Sindicato dos estabelecimentos de ensino. É dado um prazo de uma semana para a resposta às reivindicações.
- 13-5 — Uma assembleia de mais de mil professores decide, diante do silêncio do Governo e das entidades patronais frente às reivindicações, pela deflagração da greve na rede oficial a partir do dia 17.
- 14-5 a 17-5 — A presidente da Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais, Maria Telma, e o presidente do Sindicato dos Professores da rede particular Ewerton Passos, fazem campanha pública inclusive pagando anúncios nos jornais, contra a greve.
- 17-5 — Primeiro dia de greve: 21 escolas paralisadas na capital e 14 cidades do interior aderem. No dia seguinte, já são 22 mil os grevistas.
- 19-5 — Deliberada por uma assembleia de 600 professores a deflagração da greve na rede particular, a partir do dia 23.
- 22-5 — Cerca de 50 cidades do interior, entre elas Juiz de Fora, realizam assembleias e decidem aderir à greve. Em Belo Horizonte, a greve toma conta praticamente de toda a rede oficial de ensino. Em uma demonstração de força diante do Governo, que se negava a reconhecer a realidade do movimento grevista, dez mil professores da capital e do interior promovem uma memorável concentração às portas da Assembleia Legislativa.
- 23-5 — Tem início a greve na rede particular; paralisando menos da metade das escolas da capital.
- 25-5 — Ganha força o movimento na rede oficial: já paradas neste dia 112 cidades. O Governo anuncia a intenção de conceder um aumento antecipado aos professores "compatível com as suas disponibilidades" e reforça a assembleia convocada por Maria Telma.
- 28-5 — Mais de dez mil professores da capital e do interior, presentes a assembleia da Associação dos Professores Primários, rejeitam a proposta de abono imediato de 48% e de 40% em outubro oferecida pelo Governo. Aos gritos de "traidora, traidora" Maria Telma abandona a mesa da assembleia. Sob forte proteção policial, consolida-se a representatividade do Comando Geral da Greve.
- 29-5 — O Governo manda reprimir com bombas de gás lacrimogênio, jatos d'água, e cassetetes



Anistia, Constituinte e Partido dos Trabalhadores são alguns dos temas mais importantes que os 450 delegados participantes do 10.º Congresso Nacional dos Metalúrgicos estão discutindo, desde segunda-feira, em Poços de Caldas. Mas o papo não ficou só nos chamados temas políticos: a alteração radical da atual estrutura sindical, com propostas que prevêm a desvinculação total dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, a eleição direta a todos os níveis, para os sindicatos, federações e Confederações (arma para combater a eternidade dos Ari Campistas e Argeu dos Santos, da vida, que garantem seus cargos mediante o apoio dos pequenos sindicatos) e na mesma data, também tem chamado a atenção dos sindicalistas.

Para eles, que estão denunciando mais uma vez o arrocho e a miséria dos operários, o negócio não se trata só de ganhar mais salários: é preciso também ter alimentos mais abundantes e mais baratos. E como conseguir semelhante milagre? Evidentemente, que não será através do "saco do Delfim": só com uma reforma agrária que preveja a distribuição de terras dos latifúndios aos trabalhadores rurais e camponeses pobres pode garantir isso. E de quebra, o congelamento imediato de alguns gêneros de primeira necessidade.

Os temas, sem dúvida são importantes: mas, o Piquetão não pode deixar de registrar o velho vício populista que mais uma vez prevaleceu no 10.º Congresso: praticamente nenhum sindicato encaminhou discussões nas bases, as delegações foram escolhidas a dedo pelas diretorias, qualquer peão vai ficar sabendo do que está sendo tratado pela leitura dos jornais. Assim não dá.

Metals em brasa

E por falar em metalúrgicos: terminado o dissídio dos metalúrgicos de Porto Alegre agora são os da chamada "hinterland" que começam a se movimentar pedindo aumentos salariais que pelo menos evite que o pessoal morra de fome tão cedo. Ou que ajude a manter o equilíbrio ecológico, como costuma dizer o Pedro Petrolero, lá de Santos.

Mas o fato é que entre um vinho tinto e outro, os 25 mil metalúrgicos de Caxias do Sul, a capital da uva, querem um aumento imediato de 78 por cento e piso salarial de Cr\$ 3 mil, a partir de 1.º de junho pois estão cansados de receber apenas os índices oficiais. Já o pessoal do metal de São Leopoldo tem reivindicação um pouco diferente: 70 por cento de aumento, dois salários mínimos de piso, reajuste trimestral e estabilidade de um ano para os delegados sindicais.

E para provar que patrão é sempre patrão, seja o governo ou privado, os 3.050 trabalhadores da Açoes Finos Piratini, empresa do governo gaúcho e da Siderbrás, querem 69 por cento de aumento, não aceitando de jeito nenhum a proposta da empresa, que é de dar apenas o índice oficial, descontadas as antecipações já concedidas. Brincadeira tem hora, tchê!

Sem medo do frio

Com um frio desses, só mesmo o pessoal do vestuário podia pensar em se reunir em Esteio, no Rio Grande do Sul, local onde foi realizado, no fim de semana um encontro reunindo 11 sindicatos da indústria de Vestuário do Pará, Rio Grande do Norte e São Paulo, além dos donos da casa. Foi denunciada situação da maioria dos trabalhadores do setor, geralmente empregados de pequenas empresas, sem tecnologia atrasada e que submetem os trabalhadores a jornadas esticadíssimas para compensar a menor produtividade, sonem INPS e FGTS, atrasam os pagamentos.

Depois de muita discussão, os da roupa feita decidiram dar todo apoio ao DIEESE, a luta por um salário mínimo nacional unificado e por um piso salarial, através da negociação direta e a adoção de uma legislação que permita aos sindicatos fiscalizarem as condições de trabalho e higiene nas fábricas. Outro ponto debatido foi o dos delegados sindicais eleitos pela base, já conquistado pelo Sindicato de Porto Alegre.

Nordestina

Para mostrar que o Piquetão tá a fim de dar uma força aos proletas, do Olapoque ao Chuí, lá vai uma do Nordeste: é que nos dias 1 e 2 de junho, foi realizado o Encontro das Oposições Sindicais do Nordeste, no Recife, promovido por oposições de trabalhadores gráficos, metalúrgicos, bancários e da construção civil de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte. No final, o pessoal que é igual ao mandacaru, isto é, não dá sombra e nem encosto pra patrão tirou uma "Nota aos Trabalhadores". A "Nota", que apela a realização do 1.º Encontro Nacional das Oposições e Diretorias Combativas, propõe a Oposição Metalúrgica de São Paulo, para o mês de julho, diz o seguinte:

"1.º — Os sindicatos brasileiros, da forma como estão organizados, vinculados ao governo, com caráter assistencialista e na sua maioria com diretorias pelegas, não representam os interesses dos trabalhadores; 2.º — Tendo em vista esta situação, aliada aos problemas cada vez mais numerosos e graves que passa a classe trabalhadora do Brasil e mais especificamente do nordeste, sentimos a necessidade de um órgão que realmente defenda e lute por nossos interesses; 3.º — Vemos como única alternativa para conquista e transformação do sindicato em órgão legítimo dos trabalhadores, a nossa organização nas fábricas, através de comissões representativas dos operários, da articulação com outras fábricas, e também ao nível regional e nacional; 4.º — Vemos também toda essa articulação como a base de uma organização independente dos trabalhadores e que, desta forma, seria garantida sua orientação política".

Mais em baixo

Voltando para o sul-maravilha, o jeito é dar uma força aos proletas, é que os trabalhadores da Mina de Morro Velho, em Nova Lima, estão querendo um aumento de 70 por cento, além de um empréstimo de Cr\$ 2 milhões para o pagamento das cotas de sua cooperativa, decisão tirada por uma assembleia que teve a participação de 800 trabalhadores. No domingo, dia 10, tem outra, só pra ver no que deu as discussões da comissão de salário e a diretoria do Sindicato, com os patrões.

Bilhete azul

A Mannesmann não perdoa: nem bem os trabalhadores decidiram fazer um acordo e voltar ao trabalho, depois da greve que fez criar tela de aranha nas máquinas, os "chucruts" resolveram se vingar, despedindo, sumariamente, os oito integrantes da comissão salarial.

Jogo sujo

Depois de três meses de mobilização, os trabalhadores da CAEMO — Companhia de Águas e Esgotos do Município de Osasco, conseguiram arrancar da Prefeitura 59 por cento de aumento, mais antecipação (parcelada) de 30 por cento, refeitório e estabilidade de um ano para uma comissão de cinco representantes dos trabalhadores.

Até aí tudo bem. Mas o negócio fica meio sacana quando se sabe que a Prefeitura está tentando jogar em cima dos trabalhadores da CAEMO a culpa pela sua desorganização: é que depois de haver deixado de cobrar as contas de água durante três meses, resolveu cobrar tudo de sopetão (quem pagava Cr\$ 90,00 por mês, teve que desembolsar de uma só vez Cr\$ 270,00, por exemplo). E de quem foi a culpa: dos trabalhadores que estavam em greve, segundo o Guaçu Piteri (prefeito eleito pelo emedebé). Só que os da CAEMO não fizeram nenhuma greve.

Black-out

Gente fina, o negócio é ir comprando umas velas para iluminar o ambiente: é que os eletricitários de São Paulo reafirmaram, numa assembleia com mais de cinco mil pessoas, sua intenção de deixar a capital sem luz, no dia quatro de julho caso o dono da Light, o governo, não lhes conceda. Imediatamente, aumento de 30 por cento e abono fixo de Cr\$ 2 mil. E pra mostrar que não dormem de toca, os do quilowatt já estão tratando de formar, desde já, o seu douzinhão de greve, para aguentar as pontas, se a paralização sair.

Esvaziamento

Só o Marcílio parece não entender o que está ocorrendo: não é que ele atribuiu ao frio a presença de apenas 200 trabalhadores à assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, no domingo, três de junho. Segundo outro pessoal que tava lá, a razão é bem outra: deve-se ao estado de ânimo dos trabalhadores, descontentes com os resultados obtidos através da Greve que parou o ABC. Segundo eles, a trégua de 45 dias só fortaleceu os patrões: já que os trabalhadores praticamente não aproveitaram o tempo para se organizar.

Concentração

Os velhos metalúrgicos prometem não dar refresco para o governo, indignados com o reajuste de apenas 44 por cento em suas aposentadorias. Eles realizaram, no domingo, 3, uma assembleia, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Lá, decidiram promover, juntamente com os aposentados de outras categorias, uma concentração-monstro no mês de julho exigindo 70 por cento de reajuste imediato.

RIO DE JANEIRO

Professor Godofredo avisa:

Se o governo roer a corda, as escolas param em agosto

Godofredo da Silva Pinto, dirigente da Sociedade Estadual dos Professores-SEP, do Rio de Janeiro, num papo com a sucursal do EM TEMPO, faz um balanço da greve dos professores naquele Estado. E fala de sua história, de suas vitórias e da sua organização.

Entrevista concedida a: Beatriz Lorner, Roberto Rodrigues, Marcos Gomes e Paulo Brasil.

— O que representou a greve dos professores públicos do Rio de Janeiro em termos de consciência e organização da Categoria?

— Quem vivia o dia-a-dia das escolas sempre considerava que a classe era apática, dividida, que nunca ia se unir e tal. Isso era uma constante nas conversas com os colegas. Mas a greve demonstrou que isto não era verdade. A primeira vitória foi a demonstração de que a categoria era capaz de se unir. Evidentemente foi uma unidade trabalhada passo a passo. Se antes não havia unidade era porque não existia quem a organizasse, nem direções nem direções consequentes. A SEP veio preencher o vazio. Conseguimos aproveitar o momento adequado para mobilizar a categoria e organizá-la. Está foi a vitória n.º 1 de nosso movimento: a demonstração prática da capacidade de união dos professores. Além disto nós conseguimos arrancar compromissos públicos do governo.

Compromissos e prazos para a resolução de questões importantes como a salarial. Então, já podemos falar de uma vitória, parcial é claro, porque ainda não se realizou plenamente. Por exemplo, o aumento de salário ainda não consta dos contracheques. Outra vitória importante foi a própria ampliação da SEP que liderou o movimento. Quando a greve começou, a SEP tinha núcleos apenas no Rio, em Niterói e Campos. Mas com a greve e com o papel que desempenhou no movimento a SEP deu uma explosão organizativa. Surgiram núcleos em Nova

Iguacu, São Gonçalo, Caxias e comissões pró-núcleos se formaram por exemplo em São João do Meriti. Mesmo agora, depois da greve, embriões de núcleos estão se formando.

— Quem a SEP congrega?

— Congrega todos os professores, sejam públicos ou privados, de todos os graus de ensino, desde o primário até a Universidade. A SEP, neste sentido, visa ser uma entidade unitária, por excelência.

— Você poderia fazer um pequeno histórico da SEP? Como se forma e qual foi o seu trabalho antes da greve?

— A idéia da SEP surgiu no início de 1977, fruto dos primeiros sinais de avanço do movimento popular. Começamos a discutir a idéia na medida em que nenhuma das entidades então existentes era atuante e nenhuma delas, devido a sua total inoperância, permitia a efetivação de uma oposição sindical. O nível de mobilização era tão baixo na ocasião que não havia como conquistar as entidades por dentro. Cabeira tentar ganhar alguma entidade ou formar uma nova?

Nós discutimos esta questão. Tinha gente que era contra criar mais uma. Mas, uma coisa deve ficar bem clara. Criou-se mais uma não só pelas dificuldades de você conquistar a direção, mas, principalmente, porque nenhuma das entidades era estadual e nem abrangia professores de todos os graus, inclusive particulares. Quer dizer, nenhuma delas tinha o caráter que a SEP tem. De que adiantava, então, ganhar entidades que não tinham o caráter que pretendíamos dar?

Em 1977 começamos a discutir a SEP e já na sua assembleia de fundação, em julho, começamos a lutar. A SEP já nasceu mobilizando. Encaminhou um abaixo-assinado, com mais de 7 mil assinaturas no estado inteiro, que reivindicava entre outras coisas, a equiparação dos professores do Rio e da Guanabara. Em novembro fizemos manifestações inclusive em Campos. Surge o núcleo de Campos. O movimento foi parcialmente vitorioso. Conseguimos a equiparação dos professores. Em 1978 apoiamos a chapa de oposição dos Sindicatos dos Professores do Rio. Concedemos nosso espaço já dentro desta perspectiva. Criamos espaço para a discussão, para a oposição ao Sindicato. Vitoriosa a chapa de oposição, depois da campanha encaminhamos a luta contra um decreto da Secretaria de Educação, resolução 109 que impedia licenças por mais de 90 dias, até por saúde, licença-prêmio etc. O professor perdia seu local de exercício e podia ser mandado para qualquer lugar que a SEC quisesse. Era um problema muito candente e mobilizou muito o professorado. Ameaçamos com ato público de protesto e a SEC voltou atrás. Retirou a resolução. Depois nós fizemos um ato público na Assembleia, com mais de 500 professores, em que cobrávamos do Presidente da Assembleia que pressionasse o executivo para nos permitir acesso e

participação nas decisões do Plano de Classificação de Cargos do Governo Faria Lima.

Em seguida, fizemos um Encontro Estadual de Professores onde tiramos a proposta salarial que agora levamos na greve. Proposta que o governo se comprometeu a atender integralmente. Em síntese este é o histórico da SEP.

— Bem, mobilização de outro tipo a SEP não fez. Agora, ela tem participado no Comitê Brasileiro pela Anistia, que é uma entidade de caráter eminentemente político. Na greve, em notas e das assembleias, nós dizíamos: a greve é um movimento político de oposição porque nós lutamos contra uma lei de greve e contra uma política de arrocho salarial implantadas pelo regime. As moções de solidariedade aos metalúrgicos do ABC, fazendo um minuto de silêncio nas assembleias em protesto contra a intervenção nos sindicatos do ABC, arrecadando fundos e deixando claro para a massa que iríamos enviar metade da renda líquida por os grevistas do ABC foram manifestações políticas.

— Desde o início da SEP vocês associavam estas reivindicações mais imediatas a um regime político?

— Sempre procuramos não ficar apenas no econômico. Isso sempre foi uma preocupação da SEP. Mesmo nas lutas econômicas, por exemplo, na questão do plano de cargos nós colocávamos não só a questão salarial, mas a questão da participação do professorado nas decisões do ensino.

uma manifestação pacífica de 5 mil professores na praça da Liberdade. Cresce a revolta em todo o Estado contra o Governo. Dezenas de outras cidades comunicam sua adesão à greve e formação de Comandos Regionais da Greve.

30-5-79 — O repúdio à repressão sobre as professoras é geral: a Assembleia Legislativa, os parlamentares arenistas têm de participar de um protesto, sob a forma de um minuto de silêncio. O governador nega sua responsabilidade pela repressão e recebe o Comando Geral da Greve pela primeira vez. Começa a mobilização dos professores universitários, que entrarão em greve de solidariedade por três dias. O pelego Ewerton Passos, presidente do Sindicato dos Professores da rede particular, anuncia a renúncia de toda sua diretoria. Por ordem da Delegacia Regional do Trabalho, a polícia cerca o Sindicato dos Professores.

31-5-79 — Segundo dia de negociações, sem progressos: o CGC se reúne com cinco secretários de Estado. São 270 as cidades onde os professores da rede oficial estão paralisados.

01-06-79 — Concentração dos professores universitários na Assembleia Legislativa: 3.000 pessoas em coro forçam o deputado Pedro Narciso a rasgar o documento que contém a contraproposta do Governo.

04-6-79 — Tem início uma vigília permanente dos professores na Igreja São José, em Belo Horizonte. São 316 as cidades em greve. Os professores da rede particular decidem pelo retorno às aulas.

A greve da Mannesmann

A turma joga fora a cangalha da repressão

Inédito: O último capítulo do livro de Ignácio Hernandez, um líder da Oposição Sindical sobre o movimento operário em Belo Horizonte desde 68.

MINAS

Sob os gritos de "organização derrota patrão", 6.000 operários da siderúrgica Mannesmann saíram pelas ruas da Cidade Industrial numa "passeata da vitória" no último dia 31, comemorando o fim da greve que durou 8 dias. Com suas reivindicações parcialmente atendidas o movimento foi uma vitória, sobretudo pelo lado político de por fim ao clima de terror entre os operários da fábrica desde os idos de 1968, quando se deu a última greve seguida de repressão, intervenção no Sindicato e vários demitidos. Aqui, publicamos um balanço da campanha, feito por Ignácio Hernandez, membro da Oposição Sindical Metalúrgica de Belo Horizonte. Trata-se do último capítulo de um livro de memórias das lutas operárias da região desde 1968 que Ignácio está terminando e que será breve-mente lançado pela Editora Vega S/A.

A deflagração da greve

Chegou maio com seus dias claros e limpos depois das grandes enchentes. A cidade industrial parece calma. Os companheiros cada um em sua fábrica continuam alertando e animando os trabalhadores. As notícias das greves do ABC se espalham pelas fábricas. E com maio chegam as reuniões da Mannesmann no Sindicato. A Campanha salarial de 1979 se abriu em março e a assembleia dos metalúrgicos aprovou como forma de organização reuniões por fábrica. A diretoria convoca uma reunião da Mannesmann. 40 companheiros se reúnem. O número é desanimador, decepcionante. Na fábrica trabalham mais de 10.000. Mas os companheiros acreditam. Formam uma comissão de salário.

Uma segunda reunião é marcada. Já são 200. Ainda quase nada, mas não há desânimo.

— Pô, começou com 40. Já somos 200. Tá bom demais.

A Comissão sugere e a diretoria aceita colocar faixas nas portarias da fábrica, soltam milhares de boletins. A comissão trabalha firme sem descanso. Corre de seção em seção, convoca os companheiros. Muitas vezes recebe respostas assim:

— É companheiro, temos que lutar, mas com essa diretoria não dá. Na hora de quebrar o pau tiram o corpo fora.

— Não é bem assim. A diretoria cometeu muitos erros, viveu acomodada durante muitos anos. Mas agora é diferente, está se abrindo e o Sindicato somos nós. Quem manda é a assembleia. Nós lá dentro podemos mudar tudo, se formos muitos e unidos.

— El companheiros! Tem assembleia amanhã. Vamos todo o mundo lá. Estão falando por aí que o pessoal da Mannesmann é de nada. Vocês viram a Belgo Mineira. Conseguiram 18% de aumento. Foram 3.000 companheiros que se reuniram e os patrões abriram as pernas.

O fogo já começou a pegar. Duas seções nem querem esperar a assembleia. Estão querendo parar já. Os companheiros da comissão correm para lá.

— Não, ainda não é hora. Temos que parar todos juntos, unidos, organizados.

O Caxinguelê, você acha que o pessoal vem?

— Sei não, Gambiarra, a convocação foi arreitada. Hoje se decide se aceitamos o acordo dos patrões ou entram em greve. Vamos até o boteco da esquina do Sindicato e dar toda ajuda possível.

São 19 horas A Mannesmann trabalha sem descanso. Os operários da laminação com seu gungado de ballet trágico dançam entre as barras de ferro candente que obedecem os movimentos de seus braços. As barras em fogo passam junto de seus pés que dançam para evitá-las e são conduzidas pela tenaz que seus braços fortes levantam. Tudo parece fácil, mas não fosse sua habilidade e o ballet se transformaria numa dança grotesca de palhaços. As barras são como cobras venenosas. Sua mordida é a morte ou a perda de uma perna. Elas vêm-se arrastando no chão, sobre roletes e o laminador, como um domador, vence sua raiva, as conduz docilmente até tomarem sua forma definitiva e serem cortadas. Então pouco a pouco esfriam, vencidas pela arte de um operário a quem não se dá valor.

Em Barão de Cocais a Cimetel entrou em greve. Os diretores mandaram engenheiros e técnicos continuar o trabalho de laminação. Resultado: em meia hora vários cilindros quebrados, o trem de laminação parado. A dança sem compasso, desafiada, fracassou. Os verdadeiros dançarinos do ballet ou domadores de cobras estavam parados.

O Caxinguelê esquece a cerveja no balcão do bar e vai olhando os companheiros que chegam pela avenida, ruas e caminhos. Um rio de gente desemboca no Sindicato. O salão vai se enchendo. Já não cabe mais e o rio continua a despejar sua água humana. A assembleia é transferida para a quadra de esportes

que também fica inundada. Vai começar o primeiro ato de uma vitória marcante de classe operária.

— Companheiros, hoje é o dia de nossa libertação. São muitos anos em que a Mannesmann nos oprime, anos de salários de fome e de humilhações. Nesta noite, com este Sindicato cheio, com a força de nossos braços, que dão o lucro a essa multinacional lancemos um grito de liberdade: 20% de aumento, 24 horas de gratificação anual e morte ao sistema de revezamento de sete letras que é ilegal, acaba com nossa saúde e nos afasta de nossas famílias até nos domingos e dias feriadões.

Os 4.000 companheiros reunidos no pátio explodem em palmas. É um grito de desabafo pela repressão sentida na longa agonia de dias e noites na sala de visitas do inferno que é a Mannesmann. É um grito gigantesco de desforra de tantos anos de boca calada, de salário miserável e de trabalhar como escravos.

Começa a cair uma chuva fina, fora de tempo. Ninguém arreda pé. Abrem-se alguns poucos guarda-chuvas. A chuva se torna forte e aquela massa se comprime no grande salão do Sindicato. A assembleia prossegue. As vaias se sucedem aos que falam contra a greve. Os aplausos e gritos de entusiasmo aos que proclamam a greve, como única arma de derrotar a violência patronal. A proposta dos patrões é lida e uma voz sonora acostumada a se fazer ouvida no barulho da usina, ecoa na sala: "Rasga", seguida de uma grande vaia à proposta.

A paralização é proclamada aos gritos de "greve, greve" e a primeira palavra de ordem é dada pela comissão: "Piquetes."

Os 8 dias de piquete

O primeiro ato está encerrado: a deflagração da greve. Começa o segundo, um longo ato de oito dias completos de luta, de crises, de receios, de horas alegres e amargas, momentos em que tudo parece ganhar, momentos em que tudo parece perdido.

Milhares se esquecem do jantar. É a primeira passeata do Sindicato até os portões da Usina. Diante das portarias grupos compactos de operários se unem. A Cidade Industrial, primeiro surpresa, depois com entusiasmo, assiste a um espetáculo esquecido desde 1968: o grito de liberdade materializado nesses milhares de homens, dispostos a tudo, guardando os portões da fábrica. Faixas aparecem. "Estamos em Greve". "Organização vence o patrão". Ninguém entra para trabalhar. A greve está confirmada. As dívidas acabam. Os piquetes estão firmes, a usina parada. Começam as negociações. As assembleias se sucedem duas vezes por dia. 4.000 ou 5.000 operários aplaudindo constantemente os membros da comissão, novos líderes que se firmam no cenário industrial.

Discursa o secretário do sindicato: — Eu quero alertar os companheiros para os perigos de uma greve que vai ser declarada ilegal. Pode ser a dispensa por justa causa entre outros. Pensem em suas famílias.

Uma prolongada vaia acolhe estas palavras.

— A proposta dos patrões deve ser considerada, continuam.

Uma imensa vaia não permite que acabe de explicar a proposta. Mas a diretoria repete que acata as decisões da assembleia.

Os dias se sucedem. Uma chuva fora de época, intensa como se fosse dezembro, cai sobre os piquetes durante dois dias. Em seguida é o frio que aparece de repente com temperaturas nunca vistas depois de 1926. A temperatura cai a 4º graus centígrados. Noite de frio. O piquete da portaria 2 está por um fio. 15 companheiros ao redor de um pequeno fogo. Alguns falam em ir embora. O cansaço de cinco dias de greve, de cinco noites sem dormir, a chuva e o frio pesam como a noite naqueles poucos operários.

A rádio Itatiaia anunciou — notícia paga — durante todo o dia, em intervalos breves, que se tinha chegado a um acordo, que a Mannesmann convidava aos que ainda não tinham retornado ao trabalho a voltar imediatamente, para evitar punições.

Gambiarra chega com o violão debaixo do braço e os acordes lançam uma nota de esperança no silêncio e frio da noite. Ao barulho da Siderúrgica esta noite se sucede o canto do violão acompanhado pelo fundo que faz o vento frio nas folhas dos eucaliptos. Alguns guardas encapotados assistem ao espetáculo. Um companheiro do piquete improvisa poesias que recita acompanhado do solo do violão.

Nas trevas da noite a chama do fogo é sinal de esperança.

Silêncio das máquinas silêncio da noite.

O metalúrgico unido fará ralar o dia, romperá o silêncio num grito de vitória e alegria.

O Gambiarra não dá sossego às cordas do violão. O piquete a ponto de debandar agora está mais numeroso e forte.

Acabado o repertório de poesias entra em jogo a música caipira.

Um caminhão da polícia passa devagar e entra na usina. Enquanto descarregam o armamento contra manifestações, cassetes, mangueiras, bombas de gás, escudos e máscaras, os companheiros e a voz forte do Gambiarra alegam a noite.

Toda vez que eu viajava pela estrada de Ouro Fino de longe eu avistava a figura de um menino...

Entre duas músicas: — O pingüin, como faz falta numa hora destas!

— É, mas o Boné falou para ninguém beber nos piquetes. Só depois da greve.

De manhã ninguém entra pela portaria 2, nem pelas outras portarias. Gambiarra que não trabalha na Mannesmann vai para sua fábrica enfrentar o dia de trabalho e os outros companheiros saem para a assembleia.

O Boné, líder da greve, denuncia as pressões com eloqüência:

— Ontem foi um dia de crise. Hoje a greve se consolida. Estamos a um passo da vitória. Se hoje permanecermos unidos, amanhã venceremos os patrões. Precisamos reforçar os piquetes. Tem companheiros que já passaram cinco noites sem dormir enquanto outros ficam tranquilos em casa. Os fura-greve são muito poucos. Os chefes que ganham muito fazem pescaria. Nós, a maioria, operários explorados reforçamos os piquetes. Hoje a greve se firma.

E lança a palavra de ordem:

— Organização vence o patrão.

Um chefe de empreiteira se aproxima da cerca da Usina. Um grupo de operários do lado de fora comenta os acontecimentos:

— El, Sebastião, aqui está sua marmita. É melhor você entrar, comer e trabalhar. Se você não entrar agora não volte nunca mais.

Sebastião se levanta; o grupo faz silêncio. Enfia seus dedos grossos e assegura com força os arames da cerca.

— Leve essa marmita e jogue para os porcos. Nós lutamos para não precisar de sua marmita.

Os metalúrgicos da Mannesmann, que faz onze anos abandonaram o Sindicato, quando o governo decretou a intervenção e cassou a diretoria, voltam agora em massa, ocupam, reconquistam o Sindicato. A diretoria pressionada, empurrada pela massa se

Luta Operária na Zona Leste de São Paulo (II)

Os "Comandos" do jornal do PC

Gentil sobressaltou-se com as fortes pancadas na porta. Havia se deitado há menos de duas horas, depois de uma atribulada jornada política, e agora era despertado no início do sono. Sentou-se na cama, irritado, sem nenhuma disposição para atender o inesperado visitante. Antes, precisava formular uma idéia a respeito de quem poderia vir a procurá-lo naquela hora, quase duas da madrugada. Seu último encontro com os camaradas responsáveis do Distrito fora às 10 da noite, e não ficara nenhuma questão pendente para ser resolvida ainda naquele dia.

Talvez tivesse ocorrido um golpe de Estado para impedir a eleição de Juscelino Kubitschek, e as forças da repressão já cascassem os militantes, como sempre faziam à véspera da implantação das ditaduras. Ou seria um camarada que vinha avisá-lo de que esse golpe havia acontecido? Coisa pouco provável, uma vez que a cúpula do Comitê Central não fazia muito tempo informado aos membros do Partido exatamente o contrário, através do seu último informe de avaliação da campanha eleitoral. Por esse informe, as Forças Armadas pareciam despreocupadas com o processo eleitoral, mantendo-se equidistantes das disputas dos partidos, sem preferência por nenhum dos candidatos à cadeira presidencial. Fora a hipótese de um golpe, quando as garantias individuais seriam suspensas, Gentil não via outra razão para as prisões em circunstâncias como esta.

UM VELHO REVÓLVER

As pancadas continuavam, e Gentil sem coragem de gritar por quem batia em sua porta. O jeito seria abri-la, enfrentar cara a cara o inoportuno visitante. Levantou-se, enfiou um velho revólver no bolso do pijama — um melo de defesa em caso de defrontar-se com a polícia ou mesmo com um ladrão. Ao aproximar-se da porta o outro presenciou seus passos lentos e falou baixo: "anda logo, companheiro, a conversa é urgente!" Relaxou-se então, suspirando aliviado: a voz era do camarada Gino. Este entrou rápido, sentando-se à primeira cadeira que avistou, seu semblante parecia carregado. Com certeza, pensou Gentil, vinha comunicar-lhe algum acontecimento importante, talvez fosse mesmo o golpe imaginado. Gentil fechou a porta e acomodou-se ao seu lado, novamente apreensivo. O secretário político do Comitê falou:

Em nome da realização urgente de uma tarefa partidária, alguns problemas aparecem de modo exemplar: o tratamento rude entre companheiros; o dogmatismo e a absolutização da militância; o afastamento de muitos quadros da vida do partido.

O companheiro Gentil discorda dessas coisas.

— Acabo de chegar de uma reunião do Comitê Regional. Lá estiveram os representantes das quatro zonas de São Paulo, e o assunto tratado foi a importância dos comandos de jornais que todo o Partido fará hoje (domingo). NOTÍCIAS DE HOJE sai com um manifesto de Prestes sobre as eleições e, como estamos na reta final da campanha, é preciso que essa declaração chegue ao maior número possível de eleitores. A palavra de Prestes, não ignora o camarada, é fundamental para se garantir a vitória do nosso "candidato".

Uma ocasião tomei conhecimento das encomendas de jornais feitas pelos companheiros de outros bairros, verificando que a nossa cota é inferior a dos camaradas da Lapa. Precisamos aumentá-la, mobilizando mais gente para os comandos e elevando a quantidade de exemplares já solicitada pelos camaradas. Não podemos esquecer de nossa emulação com a Lapa e, por isso, deve-se estimular o nosso pessoal — continua de pé a idéia de premiar aqueles que mais se destacaram até o fim da campanha eleitoral. Vista-se depressa, não há mais tempo a perder: os camaradas do Distrito devem ser avisados imediatamente da nova resolução. Eu mesmo tomei a iniciativa de aumentar a nossa cota de jornais: acabo de passar pela gráfica e pedi ao seu gerente para reservar ao Tatupapé três mil exemplares. A Lapa havia pedido dois mil e quinhentos e não sabe dessa nossa nova encomenda."

DISPUTA INTERNA

Gentil ficou tenso, fazendo um esforço enorme para não explodir contra o camarada Gino. Estava, por demais cansado, com o corpo exigindo um longo repouso, e vinha o outro com essa determinação quase absurda! Se tivesse havido o golpe, um acontecimento excepcional, ainda se justificaria a convocação dos militares de base a tal hora da madrugada. Mas a vida da Nação está normal, tudo está até muito calmo. Os camaradas dormem tranquilamente e não seria

justo acordá-los só por causa de uma simples disputa interna.

Desse jeito não haverá cristão que agüente. Não era à toa que o Partido vinha perdendo excelentes quadros, todos estourados no início de sua militância, por essa obsessão de Gino. Este atucava-lhes tarefas penosas e até impossíveis, envolvendo-os de corpo e alma numa incessante atividade partidária, como se a última batalha da revolução estivesse sendo travada. Eram subtraídos ao convívio do lar, à roda dos amigos e até à realidade cotidiana e transformados em instrumentos frios dessa revolução que, a bem da verdade, se processava apenas no cérebro de Gino. No início resistiam, amparados no idealismo que os trouxera ao Partido. De repente, porém, caíam na realidade; a revolução estava longe e a vida não se resumia só no azáfama partidário. Então debandavam, disfarçadamente, rareando suas presenças às reuniões da célula, pretextando doenças, viagens urgentes e outras desculpas.

ORDEM DA REVOLUÇÃO

Gentil olha sério ao secretário do Comitê de Zona. Sente vontade de indagar-lhe se a convocação dos militantes, a estas horas, fora uma decisão do coletivo do organismo ou se fora tomada pessoalmente por ele. Mas se retrai. Sabe que Gino vai responder-lhe com aquele seu arroubo dogmático, em tom nada suave: "é uma ordem da revolução, companheiro. Ou se serve a ela com a determinação exigida ou se desiste de uma vez. A luta não comporta hesitações."

Foi precisamente com essa maneira rude de se dirigir aos militantes que ele levou muitos quadros bons a se afastarem do Partido. Neste instante de silêncio entre os dois, Gentil se recorda da bela e risosa Marli, uma das últimas vítimas do mandonismo de Gino. Ironicamente, a moça viera para o Partido pelas suas próprias mãos. Conhecera-a num comício na Vila Carrão e logo a encantou com seu fascínio revolucionário. E nas lides partidárias Marli se iniciou com

uma gana imensa de ser útil. Encontrava tempo para realizar mil e uma atividades, era pau para toda obra: tanto topava pichar muros altas madrugada dentro, como se oferecia para ensinar a ler os camaradas analfabetos. Contudo, como os demais, um dia cansou-se da insipidez dessa labuta, e ouviu os apelos dos seus vinte anos floridos: atou namoro com um jovem de sua idade. E o Partido já não podia contar com ela em fins de semana ensolarados ou em noites quentes. Arrogantemente, Gino resolveu interferir em seu romance, saturando-a de lições morais, segundo as quais os prazeres materiais deveriam ser deixados em último plano. Eles não cabiam na existência de um comunista e só no socialismo poderiam ser desfrutados. Por enquanto a revolução é que deveria importar-lhe, não poderia viver nem pensar em mais nada.

MARLI AFASTOU-SE

Marli se magoou profundamente. Queriam estragar o seu romance e ela não admitia que isso ocorresse. Afinal o Partido não era o dono absoluto de suas luses e do seu coração. E afastou-se, com uma longa carta ao Gentil, na qual dizia não possuir qualidades para ser uma comunista, "porque não passava de uma pequena-burguesa desejosa de desfrutar dos prazeres capitalistas."

Vendo-o distraído, numa atitude de indecisão, Gino reforçou sua ordem: — "vamos companheiro, apronte-se rápido, do contrário tu não terá tempo de percorrer as casas de todos os camaradas antes do dia amanhecer." Outra vez ferveu dentro de Gentil o desejo de recusa, de dizer que aquela orientação estava errada e ele não iria cumprí-la. Mas se conteve, em nome da disciplina partidária. Deixaria para criticá-lo na próxima reunião do Comitê, agora precisava obedecer, não queria dar motivo para Gino chamá-lo de insubordinado, atribuir-lhe desvios ideológicos, comportamento pequeno-burguês, etc e tal.

Vestiu-se com a mesma roupa surrada que há pouco atirara aos pés de sua cama de solteiro. Na rua se separaram e Gino fez-lhe a última recomendação, com um sorriso de vitória nos lábios: "até breve e não se esqueça da reunião no comitê, às duas da tarde, para um balanço do comando de hoje".

Na próxima semana: Bombas na Conferência da Paz. Antônio Carlos Félix Nunes

Proposta a extinção da polícia política gaúcha

A conjuntura política presente é marcada pelo clamor nacional do conjunto da sociedade brasileira pela democratização do país e pelo fim do estado autoritário vigente desde 1964.

As recentes revogações de instrumentos como o AI-5 e outras leis de exceção em nada alteraram a essência autoritária e repressiva do Estado brasileiro.

A repressão continua sob novas e velhas formas. Os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores e assalariados, suas greves, as mobilizações e piquetes, têm encontrado sistematicamente a presença da repressão policial a serviço dos interesses do capital. Os meios de comunicação social continuam controlados e sujeitos a pressões de todos os tipos. Enfim, o Estado continua armado contra a sociedade. Nem mesmo seus organismos montados com o exclusivo propósito de repressão política foram desativados.

A destruição das polícias políticas sempre foi a primeira medida que qualquer movimento que tivesse como objetivo a democratização da sociedade e o fim de estados autoritários e ditatoriais. Não custa lembrar exemplos da história recente como a SAVAK no Irã e a PIDE em Portugal.

Em Portugal a primeira medida da Junta de Salvação Nacional representante do Movimento das Forças Armadas, MFA — que derrubou a ditadura salazarista de 50 anos foi o imediato desmantelamento da PIDE.

Este organismo — a polícia internacional de defesa do Estado — tinha amplos poderes para proibir reuniões e atos públicos, "fichar" pessoas consideradas subversivas, para prender quem imprimisse publicações, manifestos, panfletos ou qualquer tipo de literatura que fosse considerada ameaçadora à "ordem política e social"; ninguém poderia obter emprego sem prévia autorização da PIDE; e por trás destas atividades "legais" ela prendia torturava e matava, e justificando o "internacional" extendia suas atividades às colônias na África — isto também "legal", pois na verdade ela atuava em qualquer parte do mundo no combate oposicionista. O exemplo mais conhecido é o caso de sequestro e assassinato do general oposicionista Humberto Delgado e sua companheira brasileira — ambos se encontravam exilados e foram encontrados mortos na vizinha Espanha franquista.

Ditadura e Totalitarismo

Enfim, siglas como PIDE, SAVAK.

Em meio às denúncias da Internacional da Repressão no Cone Sul e em especial da participação da polícia gaúcha no sequestro do casal de uruguaios no Rio Grande do Sul, o deputado estadual do MDB (Tendência Socialista)

Américo Copetti, entrou na última quarta-feira, com um projeto de extinção do DOPS gaúcho na Assembléia Legislativa.

Na justificativa do projeto, Copetti diz: "O nome DOPS lembra sempre repressão política, violências e mais recentemente a sequestros inclusive de estrangeiros." Ou ainda: "Enfim, o DOPS é um organismo que, além de absolutamente inútil para a sociedade, a sua existência — assim como a de outros organismos da repressão política — é incompatível com qualquer passo significativo no caminho da democratização do país".

GESTAPO, CIA, KGB, GPU, DINA, e também DOPS, DOI-CODI, DIP, OBAN, SNI etc. passam para as páginas da história identificados com seus períodos mais negros, mais obscuros.

Eles são sinônimo de repressão, violência, terror, crimes, sequestros, assassinatos, torturas, sofrimentos, enfim, ditadura e totalitarismo.

Este nomes não podem figurar ao lado da liberdade, da solidariedade humana, da justiça, da igualdade.

Terror e Violência

Atualmente no Brasil não é apenas um organismo que é identificado com a repressão política, com o terror policial, com a tortura e todos os tipos de violência. No entanto o presente projeto de lei visa atingir um dos principais organismos de repressão política — o DOPS da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Este organismo tem-se caracterizado como uma verdadeira polícia política. Es-



O PROJETO QUE ACABA COM O DOPS

Eis aqui a íntegra do projeto apresentado pelo deputado à Assembléia Legislativa, extinguindo o DOPS gaúcho:

Art. 1.º — Fica extinto o Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança Pública.

Art. 2.º — As atribuições de coordenar, fiscalizar e executar, no Estado, os serviços policiais referentes a armas, munições e explosivos e a repressão aos crimes contra a economia popular, serão assumidas por outros órgãos da Polícia Civil existentes ou que sejam criados especificamente para estes fins.

Art. 3.º — É vedada a criação de qualquer órgão policial que tenha como função a busca, coleta e processamento de informa-



ções sobre atividades de caráter político, bem como de repressão a estas atividades.

Art. 4.º — O governador do Estado, dentro de 30 dias a partir da vigência da presente lei, determinará as providências necessárias à incineração dos documentos, papéis ou similares referentes a informações sobre atividades políticas.

Art. 5.º — Os policiais e funcionários que pertencem ao quadro efetivo da Secretaria de Segurança Pública atualmente exercendo atividades no DOPS deverão ser aproveitados em outros órgãos da mesma Secretaria de Estado.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Deputado Américo Copetti.

A FARSA DO REGIME:

Uma anistia pouco ampla, nada geral e muito restrita

Com surpresa e indignação, acabamos de tomar conhecimento do "projeto" de anistia que o Sr. Petrólio vai enviar para o Congresso, daqui a pouco.

A última forma do cobigado rebento, concede anistia aos civis e militares punidos pelos atos de exceção e exclui os processados pela Lei de Segurança Nacional. Vale dizer: não serão anistiados os presos políticos brasileiros!

Apesar de tudo, não houve decepção. Decepção pressupõe uma expectativa favorável contrariada pelos fatos, expectativa que no caso não existia, nem tinha razão de ser. Houve surpresa porque, pelo que se percebeu, o projeto antecipado em sua linha geral, é mais grotesco do que era de se esperar.

O projeto cuja essência foi indicada significa mais uma tentativa do governo visando escamotear a necessidade de uma decisão política sobre a anistia e de manobrar no sentido de instituir uma atitude pretensamente complacente, misericordiosa, que daria o perdão àqueles que o pedissem, individualmente, através de processo judicial. O requerente teria de demonstrar que perfaz as condições estipuladas para receber o beneplácito governamental — quem sabe? — teria de dizer que está disposto a abdicar de suas concepções políticas. Ora, efetivamente, isto é uma farsa inaceitável. Não a anistia necessária pela qual tanto lutamos.

PREMIDAS PELO CLAMOR

Contudo, os manejos do governo no sentido de tratar da anistia mostram, em primeiro lugar, que as altas esferas estão sendo premiadas pelo clamor popular demorado que reclama essa medida. Em segundo lugar, demonstra a aversão oficial e o descaço por quanto estudo, debate, conferência e congressos já se fez até agora, de norte a sul do país, sobre o tema da anistia. O procedimento do governo não é o de quem procura levar em conta os anseios e as contribuições que vêm da população, mas, ao revés, é o de quem busca iludir o povo, dividir a oposição, não para resolver o problema mas para aquietar a população.

O debate recente pela anistia no Brasil surge pelo final de 1974, quando a idéia da anistia deixou de ser reivindicada por vozes isoladas e passou a ser levantada por correntes de opinião. Em 1975, organizou-se o primeiro movimento voltado especificamente para lutar por essa causa, o Movimento Feminino pela Anistia. Desde 1977, proliferaram-se os Comitês Brasileiros pela Anistia e as Sociedades em Defesa dos Direitos Humanos. A partir daí a idéia da anistia passa a galvanizar a Nação. Não houve desde então manifestação popular, ato público, reunião de entidades de classe, de estudantes, congressos ou encontros que não tenham arrolado entre os seus objetivos a meta da anistia.

Paralelamente ao crescimento dessa mobilização, teve curso o debate propriamente dito. Inúmeros foram os estudos feitos, os pronunciamentos, as conferências, as pesquisas, as publicações. Foi levantada, divulgada e examinada a história das anistias anteriores ocorridas no Brasil, consultados historiadores, juristas, autoridades eclesásticas, políticos. Reuniões inter estaduais se processaram, com destaque para o encontro de Salvador e o Congresso de São Paulo. Ao final de todo esse processo, chegou-se à conclusão que a anistia política necessária e imprescindível ao povo brasileiro nessa quadra de sua vida deve ser ampla,



geral e irrestrita a todos os que tenham sido vítimas de atos e leis de exceção.

Este processo, democrático, demorado e multilateral, se beneficiou da participação de setores, entidades e personalidades amplamente representativas da vida nacional. São dezenas ou centenas as entidades que expressamente apoiaram e participaram dos CBAs e SDDPs. Além disso, órgãos e personalidades respeitadas por suas ponderações e seriedade refletiram sobre o tema em debate e opinaram sobre o mesmo. Estão aí os pronunciamentos de Raimundo Faoro, pela recém-concluída gestão da OAB, os de Seabra Fagundes, pela gestão atual, os de B. L. Sobrinho pela ABI, os de D. P. E. Arns entre tantos outros dignitários da Igreja, as de intelectuais como A. A. Lima e Hélio Silva, os de juristas como Orlando Gomes e... os de políticos, líderes sindicais e estudantes. Todos eles, no mesmo sentido da anistia ampla, geral e irrestrita.

ARTIFÍCIOS QUE ILUDEM

É a tudo isto que o governo considera agora com olímpico desprezo, na versão insinuada de seu canhoto projeto. Não é de agora que vige a suspicácia oficial por tudo que vem "de baixo", dos círculos democráticos, ou das iniciativas que emanam do povo e escapam à batuta do regime. Também não é de agora que o governo, pressionado pelo movimento objetivo dos fatos, e com recio de ser ultrapassado por ele, procura sair-se dos problemas pela porta do artifício que ilude, tentando jogar com mudanças aparentes, formais, que salvaguardam de fato o arbítrio e a intran-

sigência que perduram. Há 15 anos que o regime atual nunca tomou, por iniciativa própria, medidas democráticas e populares. Ao contrário, o gume de sua demorada atuação esteve sempre voltado contra as liberdades democráticas e contra os anseios populares. A sua própria existência e sobrevivência não foi e não tem sido possível senão ao preço da negação — arbitrária e pela força — da representatividade popular como fonte do poder. Quando, entretanto, a resistência popular recusa conviver com o autoritarismo governamental; quando as massas populares, refeitas dos golpes recebidos, reorganizam-se, debatem e estabelecem suas reivindicações; quando essas reivindicações, demonstrando justiça e oportunidade, ganham amplos setores sociais e transformam-se num clamor nacional, então os homens do poder apressam-se em promulgar medidas relacionadas com as exigências das massas. Mas, tais medidas, nunca tomadas a seu belprazer, também nunca correspondem ao nível das exigências populares, nem nunca se coadunam com as necessidades de uma verdadeira democratização da vida política do país. Assim foi com os atos e leis de exceção. Quando já execrados pelo juízo popular, quando nem entre os antigos defensores do regime havia quem os apoiasse, o governo delibera revogá-los porém só em parte, suprimindo alguns mas deixando outros, e deixando salvaguardada a possibilidade do pleno retorno ao arbítrio para quando julgar conveniente. Assim foi com a antiga Lei de Seg. Nacional, trocada por outra idênticamente arbitrária, onde se acena com a redução das penas a serem estipuladas, mas não se altera

o próprio conceito de "segurança nacional" e se amplia o alcance da lei. Assim está sendo com a lei anti-greve. Recusada e ultrapassada em memoráveis lutas operárias, procura-se remendá-la, não para garantir aos trabalhadores seu inalienável direito à greve, mas para melhor controlá-lo. Assim tem sido com a atividade dos órgãos governamentais que praticaram, em escala sem precedentes em nosso país, o terror oficial. Abominados pela ampla maioria da Nação, não foram desarticulados, permanecendo seus aparatos e seus homens intactos, aptos a serem acionados a qualquer momento. Enfim, tem sido esta a dinâmica do regime ditatorial brasileiro: constrição a liberdade e a vida política dos brasileiros até quando pode e no nível em que pode; e quando a avalanche popular se agiganta à sua frente, manobra tenta demagogicamente capitalizar com as concessões a que é obrigado a fazer, ao tempo em que age no sentido de impedir que as conquistas populares se aprofundem e que o poder escape das mãos do grupo que o detém. Não seria com relação à anistia que o governo procederá de forma diversa.

O GOVERNO FOI SEMPRE CONTRA

As forças verdadeiramente interessadas na anistia devem ter claro que o governo sempre foi contra ela. Raimundo Faoro lembrou que "há um ano ou dois, quando falávamos em anistia... tinha de falar baixo, era um risco". Se hoje o próprio governo fala sobre o assunto, embora para escamotear-lo, foi porque houve decisão das forças populares para a questão na ordem do dia. Agora, quando o governo pretende tomar uma iniciativa muito aquém do nível em que a exigência está posta, é necessário que as diversas entidades que carregam os estandartes da anistia levantem-no mais alto e mantenham-se atentas para lutar contra referido "projeto" será encaminhado ao Congresso. Será oportunidade para o povo fazer ouvir seu clamor junto aos congressistas e para os congressistas somarem com o esforço popular. A respeito, já é injustificável que na frente parlamentar os democratas não contem até agora com um instrumento de pressão política do nível de uma CPI, como a CPI dos Direitos Humanos, que teria tao grande e oportuno papel a cumprir na conjuntura, sistematizando o quadro de absurdos donde o anseio da anistia brota como necessidade imperiosa. É lamentável que a referida CPI não tenha saído pela hesitação crônica de parlamentares da oposição, que temerem estar avançando demais o sinal, ao lançarem mão de instrumento constitucional, legal, normal, aberto e de dever.

Um analista da história da França, Schadrin, referindo-se ao farisaísmo dos que no início da República aderiram a esta forma de governo por conveniência e não por convicção, falou sobre o inusitado de uma "república sem republicanos". Para que não nos vejamos às voltas com algo mais insólito e irrealizável ainda, como uma democracia sem democratas dirigindo-a, é necessário a iniciativa popular se manter nas grandes campanhas pelo restabelecimento do Estado de direito democrático entre nós, iniciativa que se mede pelo alcance e profundidade com que se levanta o movimento pelos objetivos democráticos, entre os quais sobrepõe, agora, a anistia.

Desse ponto de vista, podemos jurar que este projeto, muito restrito, pouco geral e nada amplo, poderá passar pelo Congresso, mas certamente, não será pela pelos movimentos de anistia nem pelo povo brasileiro.

CHINA-VIETNÃ

A coisa pode esquentar de novo

Por Wilfred Burchett

As negociações sino-vietnamitas abertas em Hanoi com vistas a regulamentar a situação criada pela invasão chinesa de 17 de fevereiro, tem encontrado várias dificuldades.

Os chineses apresentaram uma contra-proposta em oito pontos em resposta à proposta vietnamita em três pontos de 18 de abril.

A delegação chinesa, fazendo alusão à eventualidade de um "segundo ataque punitivo", tentou impor ao Vietnã a desistência dos acordos de boa vizinhança com o Laos e o Kampuchea e o abandono dos direitos de soberania sobre as ilhas Spratley e Paracels.

A coisa soou como um ultimatum chinês. Principalmente porque os chineses ignoraram completamente a proposta vietnamita de uma retirada mútua de tropas de um lado e outro da fronteira com a criação de uma zona desmilitarizada controlada por uma comissão mista.

Em contrapartida os vietnamitas levantaram questões referentes às alianças que os chineses buscaram do lado ocidental, antes do início das hostilidades, com o objetivo de incitar seus interlocutores a romper relações e ajuda econômica com o Vietnã. Eles afirmaram terem as provas de que, vários meses antes da invasão de seu território, missões chinesas foram enviadas a várias partes do mundo com o objetivo de oferecer seu mercado em troca de um boicote ao Vietnã. De qualquer modo, é algo que efetivamente ocorreu especialmente com a Inglaterra, a Austrália e várias instituições financeiras internacionais.

Além disso, o vice-ministro dos Assuntos Estrangeiros do Vietnã, Phan Hien, levantou várias questões relativas aos desacordos entre os dois países — questões que antes não haviam sido tornadas públicas. Uma delas data de um quarto de século, isto é, da Conferência de Genebra de 1954, que devia pôr um fim à guerra da Indochina com os franceses. Phan Hien lembrou que, na época, foram as pressões chinesas que impediram o Vietnã de explorar a vantagem militar que ele obtivera sobre Dien Bien Phu, unificando o Vietnã e o Laos.

Lembrou ainda que, na conferência de Genebra havia sido decidido que as forças da resistência vietnamita se reagrupariam ao norte do país; as do Laos se reagrupariam nas províncias de Sam Neua e de Phong Saly.

Foram os chineses que insistiram então que nada fosse reservado às forças dos Khmers Vermelhos, que foram assim entregues ao exterminio. Desta forma abriu-se o caminho ao grupo de Pol Pot e Ieng Sary (os quais estavam estudando na França na época da guerra do Vietnã), e que, uma vez de volta, puderam assumir o controle do Partido Comunista Cambojano.

Outra questão levantada foi a de que os chineses queriam reconhecer Lon Nol depois do golpe de Estado que derrubou o regime neorrealista de Sihanuk, em 1970. Os vietnamitas sustentam que foi a rápida chegada de seu primeiro-ministro Pham Van Dong a Pequim — poucos dias após o desembarque do príncipe na capital chinesa — que restabeleceu a situação conseguindo de Sihanuk um apelo sem reservas para o prosseguimento da luta armada.



Exército chinês hoje: uma tática de ontem

Em relação à questão do Laos, Phan Hien denunciou ainda "o esforço chinês de criar um pretenso novo partido popular revolucionário" destinado evidentemente a suplantará a atual direção de Sophanouvong-Kaysone. Sabe-se em quais condições os "trabalhadores chineses das estradas de ferro" foram expulsos do Laos no último 5 de abril. Há 15 anos, os Chineses iniciaram a construção de uma via férrea de 950 kms, ligando a fronteira chinesa à capital do Laos. Mas foi descoberto que, após o término de 840 kms, oficiais chineses camuflados de "trabalhadores chineses" se empregaram na construção com o objetivo de recrutar agentes no Laos para favorecer a política de Pequim.

A delegação chinesa preferiu não responder às acusações e deixaram que suas intenções fossem percebidas quando demandaram que nenhuma das partes "pode ter tropas sitiadas em outros países e que nesse caso, deve retirá-las imediatamente". É amplamente sabido que, o Vietnã dispõe de tropas no Laos e no Kampuchea mas, simultaneamente, retém como prisioneiros de guerra uma parte significativa dos dez a quinze mil conselheiros militares chineses que treinavam as tropas de Pol Pot.

Em tais condições, a normalização das relações entre os dois países está ainda muito longe. E um segundo round militar não está de modo algum afastado.

Falsificação da verdade histórica: Socialismo ou degenerescência burocrática?



A burocracia que detém o poder nos países geralmente chamados socialistas prossegue a falsificação da verdade histórica para se manter no poder.

A foto dos dirigentes da URSS assistindo do panteão oficial de comemorações do 1.º de maio, transformou-se num curioso retrato da luta pela sucessão de Brejnev. Foi publicada inicialmente no vespertino "A Tarde" de Moscou e incluía entre as personalidades um membro do politburo Andrei Krilenko. Saiu novamente nos matutinos do dia seguinte, mas sem Krilenko.

Segundo os serviços de inteligência norte-americanos, os que o apagaram da foto lutam para retirá-lo também da disputa pelo poder.

Como pôde Lenin se cercar de tal espécie de gente?

Na URSS, o costume de retocar fotografias e reescrever a história passada eliminando personagens, segundo as conveniências do momento, não é novo. Começou depois da morte de Lenin, desenvolveu-se com a consolidação de Stalin e de uma camada burocrática no poder e atingiu seu ponto culminante nos chamados "grandes processos de 1936-38".

Nestes, a quase totalidade dos dirigentes comunistas da Revolução de 17 (Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Bukárin entre outros) sofreu as mais fantásticas acusações: espíes a serviço da Inglaterra e da Gestapo (há aqui uma ponta de crueldade: muitos dos acusados eram judeus) sabotadores da economia socialista, assassinos.

Segundo os processos, esses homens não tinham dedicado sua vida à causa do socialismo, mas, precisamente, a combatê-lo das mais pérfidas maneiras.

Ficou, porém, uma questão insolúvel: como a Revolução pôde ser dirigida por seus adversários mais obstinados? Que revolucionário foi Lenin que se cercou de tal espécie de gente?

No campo socialista essa "liberdade" no trato dos fatos não se restringiu à URSS. A China por exemplo tem conhecido as "reescrituras" mais sensacionais. Liu Shao-chi passou de presidente no 2 chinês a defensor do capitalismo. Lin Piao, de mais fiel companheiro de Mao a traidor e também defensor da via capitalista. Os principais líderes da Revolução Cultural (hoje chamados de "gang dos quatro") hoje são amadores como defensores do capitalismo e começam a ser cortados da História oficial (por exemplo), da fotografia dos funerais de Mao. O próprio Mao não escapou ileso. Numa recente reavaliação de sua carreira, seu ex-allado Enver Hodja, dirigente da Albânia, tentou provar que ele nunca foi marxista nem socialista não passando de um democrata pequeno-burguês.

Naturalmente esse desprezo pelos fatos e pela verdade histórica que assume formas entre cômicas e trágicas, não se restringe ao campo socialista. Mas nem por isso a grande imprensa ocidental deixa de delatar e rolar mostrando o caráter grosseiro do marxismo, sua falta de espírito científico, seu misticismo, etc. Habil-

mente explora o labor dos retocadores de fotografias, reescretores de compêndios históricos para tornar ridículo o socialismo.

Fabricação de informações e participação popular

A utilização da falsificação de informações é certamente um instrumento importante na luta pelo poder e pela sua justificação, em países em que existe pequena participação popular e controle do Estado por castas burocráticas. Podemos dizer que quanto mais longe vai o grotesco da falsificação, menor o grau de organização popular.

Porque países que vencem o capitalismo, ou que iniciam um processo de transição rumo ao socialismo registram tão freqüentemente lutas pelo poder tão caricaturais?

De início, é claro que se desviaram do caminho do socialismo que só pode ser compreendido como um desenvolvimento do controle dos trabalhadores sobre suas próprias condições de trabalho, até a supressão total da anarquia e da irracionalidade capitalistas, até o controle plenamente consciente de toda a vida material. Logo, existe consciência e não mistificação.

O socialismo só se desenvolve na verdade, só a verdade é revolucionária, como disse Gramsci.

Países chamados geralmente socialistas como a URSS, realizaram uma revolução, suprimiram o grosso da propriedade privada dos meios de produção, deixando de ser capitalistas, mas sofreram por várias razões retrocessos que permitiram que uma camada burocrática controlasse o poder e estancasse a transição.

O poder dessa camada é fundamentalmente diferente do poder da burguesia nos países capitalistas. É mais fraco. Depende basicamente do nível político-ideológico. Por essa razão é sempre repressivo, violento e falsifica os fatos. A burguesia, além da força e das mentiras e do controle ideológico, conta com um trunfo fundamental: seu próprio peso econômico. Quando a sociedade não enfrenta uma crise, esse peso é o bastante para garantir seu poder mesmo sob formas "brandas" e "sutis" de domínio e violência estatais. E é claro que sempre que as coisas apertam ela lança mão da força bruta — então é muitas vezes mais caricata do que os senhores do Kremlin.

Em resumo, a supressão da dominação econômica capitalista torna o problema do poder mais agudo e abre alternativas radicais: ou a participação popular numa democracia cada vez mais real, ou a eliminação dessa participação através da violência e do engano. Não é mais possível o poder de uma elite pelo próprio peso econômico. Paradoxalmente, portanto, o próprio avanço para uma democratização qualitativamente maior que inclui o risco, no caso de retrocesso, de um crescimento da repressão. A falsificação dos fatos, das fotos, etc. é a maneira de lutar pelo poder de quem não tem outros meios.

IRÃ

Socialismo pela TV? Nunca mais.

da Intercontinental Press

No dia 10 de abril a televisão iraniana levou ao ar por mais de duas horas um insólito debate político entre o líder do Partido Islâmico e ex-assessor de Khomeini para assuntos econômicos, Abu al-Hassan Bani Sadr e o líder do Partido Socialista dos Trabalhadores, um partido de extrema-esquerda, B. Zahraie.

Estima-se que o debate foi assistido por aproximadamente 22 milhões de pessoas, virtualmente toda a população adulta do Irã. Ele se inscrevia numa série de debates programados pela rádio e televisão iranianas entre os defensores da República Islâmica e seus principais críticos.

Mas repercussão do programa foi muito favorável, e isto assustou as autoridades.

No dia seguinte o principal diário Avedegan reproduziu toda a intervenção de Zahraie, de uma forma muito simpática às idéias socialistas. A série foi então abruptamente interrompida e o próximo debate, com um representante dos fedayns não aconteceu. A partir daí teve início uma intensa escalada contra a liberdade de imprensa no país.

O que Zahraie falou para que os líderes xiitas reagissem desta forma?

Nos últimos setenta anos a vida só piorou

"Eu estou feliz pelo fato de que a vitória da Terceira Revolução Iraniana do século nos deu a oportunidade de discutir questões fundamentais", iniciou ele, "questões que preocupam não apenas os intelectuais mas que dizem respeito aos trabalhadores e todas as camadas médias..."

"Vivemos numa era de grandes avanços científicos — quando a maquinaria e a tecnologia podem reduzir o tempo de trabalho necessário para produzir as coisas que precisamos, tanto nas cidades quanto no campo. Mas em setenta anos de dominação do imperialismo e da monarquia, a situação do Irã só piorou. Tivemos aqui um desenvolvimento muito contraditório. Por um lado, a ciência possibilitou os meios tecnológicos para melhorar o padrão de vida de nossa população. Por outro lado, nossa realidade social piorou continuamente a vida."

O antigo regime havia sempre enfatizado a idéia de que o aumento dos preços do petróleo iraniano traria prosperidade para o povo. Curiosamente as novas autoridades também tem insistido nessa tecla, sugerindo que a solução dos problemas econômicos do Irã dependem sobretudo do petróleo. Sobre isso, Zahraie falou:

"Fazem exatamente seis anos que se desencadeou a crise energética no mundo e desde então, os preços do petróleo iraniano multiplicaram-se. Os países líderes, líderes do despótico regime do xá, fizeram, o maior alarde sobre esses aumentos. Mas tudo não passava de uma manobra diversionista, pois sabemos que a fonte desse desenvolvimento corre fora do país..."

"E qual foi seu resultado? ... O rico ficou mais rico e o pobre ficou mais pobre. Antes dos aumentos dos preços, o Irã era auto-suficiente na agricultura. Cinco anos depois, a agricultura estava arruinada. Os alimentos começaram a ser importados a altos preços. Os camponeses se arruinaram. Milhões e milhões de camponeses tornaram-se trabalhadores volantes."

Portanto, explicou Zahraie, a solução para os problemas econômicos, do país não reside no aumento dos preços. Tais problemas dizem respeito às relações entre as diferentes camadas da população. E o caminho para a sua solução foi indicada pela insurreição de fevereiro. A única força que pode resolvê-los é a mesma força que derrubou o regime do xá: as massas trabalhadoras do Irã.



Exército iraniano: contra manifestantes

O capitalismo é a lei do mais forte

Zahraie contestou também um comentário feito por Bani Sadr sobre a fraqueza dos capitalistas iranianos:

"Eu quero dizer uma coisa a respeito de capitalistas fortes e fracos. Qual é a diferença entre eles? O que voce falou deixa a diferença clara. Voce menciona uma companhia americana a IBM. Ela tem bilhões de dólares de capital enquanto o maior dos capitalistas iranianos não tem um capital da ordem dos bilhões. Ora, o capitalismo tem suas próprias leis: o mais forte sempre vence."

"Uma coisa interessante nessa discussão é que, embora digamos que estamos discutindo entre nós mesmos, na realidade sabemos que tudo depende de relações com outros países. Como é possível livrarmo-nos desses débitos? É muito simples: Existem exemplos históricos de como fazer isso."

"No caso da revolução cubana por exemplo. Depois que Castro tomou o poder, ele denunciou o injustificado poder exercido em Cuba pelos EUA. Ele falou: "A quem eu devo ser fiel? Ao povo trabalhador de Cuba, ou às obrigações impostas pelas relações internacionais mantidas pelo regime de Batista?" Sua conclusão foi a de que ele precisava colocar os interesses da Cuba em primeiro lugar. E o que ele fez?"

"Ordenou que a terra fosse dada aos camponeses. Nacionalizou 99% das companhias americanas sediadas em Cuba."

"No Irã também as expropriações são necessárias. E isto requer a mobilização das massas trabalhadoras. Mas em lugar disso os líderes políticos conclamam o povo a

voltar para casa, quando deveriam conclamá-lo a permanecer mobilizado e alerta até que se assegurasse a vitória completa sobre o imperialismo."

"Essa é uma questão fundamental que fevereiro apontou. Isto é, que apenas o povo mobilizado pode reverter tal problema... O povo tem esse poder. Ele mostrou que podia derrubar o xá e a monarquia com todos os seus poderes. Os problemas no Irã, desde o desemprego até a subprodução não serão resolvidos por alguns economistas fechados numa sala. E apenas a luta das massas que indica o caminho correto."

"Chegamos assim à questão de precisar o que é uma crise econômica. Uma das coisas que mais se fala hoje no Irã é sobre a crise da agricultura."

Um plano revolucionário resolve a crise econômica em poucos dias

"É o que essa crise envolve? Uma produção insuficiente de alimentos. Mas um plano revolucionário pode resolvê-la em poucos dias. É muito simples. A primeira coisa a se saber é quanto está sendo cultivado. A segunda é saber quanto se tem de estoques. E a terceira é descobrir quanto precisa ser importado. E sabem como isso pode ser feito? Perguntem aos próprios plantadores quem está sem trabalho. A maquinaria que está sendo escondida pelos proprietários de terra precisa ser entregue aos plantadores que poderão assim iniciar prontamente o trabalho de colheita."

"Mas a questão das importações levanta uma outra questão. O Partido Socialista dos Trabalhadores propõe o monopólio estatal do comércio exterior. O que é importado precisa ser determinado pelas necessidades da população e não pela necessidade do enriquecimento

pessoal dos importadores, por isso o Estado deve assumir esse controle. O que precisa ser importado são tratores para a agricultura, maquinaria para fazer crescer a produção."

Zahraie comentou ainda algumas das vagas fórmulas populistas defendidas por Bani Sadr em seu programa de uma República Islâmica:

"Sabemos que o governo anterior centralizou muitas coisas, mas isso não trouxe ordem e regularidade. E isso porque uma economia capitalista não pode ser centralizada. É claro que cada empresa tomada separadamente é centralizada e pode informar exatamente quanto produz e por quanto tempo. Mas se tomamos todas as empresas em conjunto, temos a anarquia, porque as decisões de quanto, como e o que produzir não se baseiam em critérios sociais, mas no critério do lucro individual de cada capitalista. Isso advém da própria natureza do capitalismo e não pode ser mudado."

"Você disse ainda que o problema consiste em que os centros econômicos não estão no Irã e que precisam ser trazidos para dentro dele. Bem, é óbvio que os centros não estão no Irã. O país não é industrializado. O problema é como trazer essa dinâmica para dentro do país. Os capitalistas iranianos não podem industrializar o Irã. E você não conseguiria apontar um único país semi-colonial que tenha se industrializado por si só, mesmo que tenha feito uma série de insurreições. Os únicos países que escaparam do jugo do imperialismo... foram aqueles que quebraram seus laços com o mercado mundial, exatamente os laços que você insiste devem ser mantidos hoje pelo Irã. Somente esses estados, a URSS, a China e outros, com todas as restrições políticas que possam fazer a eles, foram capazes de colocar as necessidades de seus países acima das leis selvagens do imperialismo e iniciar um processo de desenvolvimento econômico."

Nesse ponto do debate, o moderador pediu aos debatedores que tentassem encontrar pontos de concordância entre si para que o debate se tornasse mais "frutífero". Bani Sadr falou então que concordava com Zahraie sobre a necessidade do povo retornar ao trabalho. Zahraie respondeu:

Trabalhar para os patrões ou para o país?

"A questão consiste em que tipo de trabalho. Os trabalhadores devem voltar para os patrões? Ou devem tomar eles próprios o controle da produção? Os camponeses devem voltar a trabalhar para os proprietários de terra ou devem tomar as máquinas agrícolas e usá-las em benefício do país? Quem saberia melhor do que os trabalhadores como tocar uma fábrica e aumentar a produção? Quem saberia melhor do que os camponeses plantar e colher? O que a insurreição mostrou foi que os trabalhadores e camponeses podem não apenas construir a sociedade, mas também dirigi-la. E é claro que todas essas questões só podem ser resolvidas por um governo. Mas que tipo de governo? Na minha opinião essa é a questão das questões. E claro que o antigo governo despótico do xá não poderia fazê-lo. E o aparelho governamental que funciona hoje é o mesmo que existia no antigo regime. Enquanto a ditadura foi derrubada pela insurreição o aparelho de Estado permaneceu o mesmo... E com esse aparelho de Estado não é possível fazer o que precisa ser feito. Talvez se consiga promover algumas reformas de alcance temporário, mas os problemas fundamentais dos trabalhadores e camponeses não serão resolvidos."

Para resolvê-los, concluiu Zahraie, as massas necessitam da mais completa liberdade de discussão para que possam examinar todas as opiniões. O debate não é Bani Sadr, na sua opinião foi um exemplo do tipo de discussão necessária de se reproduzir hoje em todo o país. Mas o que os telespectadores não poderiam supor é que exatamente por isso as autoridades islâmicas o proibiriam.

A internacional da repressão no Cone Sul. Terceira de uma série.

São abundantes as evidências de que as autoridades das ditaduras latino-americanas, sobretudo no Brasil, Uruguai, Argentina e Chile, utilizaram-se de computadores, conectados entre si, para promover e facilitar a repressão política aos opositores — conforme consta de um dossiê em mãos do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para o Cone Sul, um órgão mais conhecido pelo nome de boletim que edita, o *Clamor*, criado e estimulado por D. Paulo Evaristo Arns, o cardeal de São Paulo.

De toda a documentação recebida recentemente do exterior, talvez o episódio mais desconcertante, entre tantos, seja o relato de um pastor — cujo nome não foi divulgado por problemas de segurança pessoal — que entrou no Uruguai e foi logo preso para interrogatório pela polícia política. Os agentes da repressão queriam que ele falasse a respeito de um outro padre sob investigação dos órgãos uruguaios de segurança. Numa das sessões de perguntas, exibiram ao pastor detido um impresso de computador, no qual era descrito em pormenores os detalhes da carreira de seu possível colega, o padre católico. E mais: todos os endereços em que o padre morou, o salário que recebia em cada estágio de sua carreira, o número do telefone e as relações que mantinha com outros católicos no Uruguai. O pastor assinala que o mais incrível de todo o interrogatório é que o homem que a polícia procurava nunca esteve no Uruguai!

A revista especializada *Computer Decisions* — a primeira a levantar a lenda das denúncias nos Estados Unidos — é

taxativa ao estabelecer as relações entre inúmeros episódios semelhantes: "Refugiados de outros países latino-americanos também falaram sobre o emprego de fichas de computador, durante os interrogatórios, na confrontação de dados fornecidos pelos detidos. De acordo com estes exilados os dossiês, são usufruídos em comum entre as forças policiais da Argentina, Chile, Uruguai e Brasil".

O PAPEL DO GOVERNO DOS EUA
A idéia de usar equipamentos de computação para apoiar as atividades dos órgãos de segurança na América Latina tem sido promovida pelo governo dos Estados Unidos, ainda de acordo com o informe da revista *Computer Decisions*. Pelo menos, nos primeiros anos desta década, a Agência para o Desenvolvimento Internacional, AID, forneceu às forças policiais da América do Sul, armas, treinamento e equipamentos de processamento de dados, em seus programas de "segurança pública".

Um exemplo que pode ser lembrado é o da Venezuela. Há um documento da AID descrevendo a assistência do governo norte-americano ao governo daquele país, através de um contrato de n.º 529-11-710-022. O informe oficial norte-americano registra que "o princípio técnico fundamental tem sido preparar para os órgãos de segurança pública dos países, através de equipamentos eletrônicos de processamento de dados e métodos relacionados, para armazenar os dados de identificação e inteligência num local central para uma coordenação mais eficiente e uma rápida distribuição de fatos e diretrizes".



A Agência de Segurança Pública do AID, em um relatório sobre sua assistência às autoridades brasileiras, arrola especificamente sistemas da IBM entre o equipamento policial enviado a este país.

Questionado se esta prática da AID ainda permanecia vigente, uma autoridade do órgão disse que a agência não mais fornece "equipamento policial" para os Estados Unidos. Mas, advertiu que a AID "fornece computadores para o Chile". De que maneira? Os computadores são incluídos em rubricas financeiras diferentes, isto é, não mais para atividades de "segurança pública". Uma

Você venderia um computador a Pinochet?

Mais um capítulo da história da perseguição política na era cibernética. Os governos do Brasil, Chile, Argentina e Uruguai trocam figurinhas por computador, para preencher o álbum de militantes de movimentos opositores às ditaduras destes países. As provas estão num dossiê que o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para o Cone Sul, acaba de receber do exterior. Nesta página, prossegue a resenha da documentação.

da Argentina deixa as demais ditaduras no chinelo. Em Buenos Aires, a polícia federal está usando um *Know-how* tão avançado que até mesmo as forças policiais norte-americanas mais modernas não dispõem de equipamento tão sofisticado!

O próprio dirigente do órgão de repressão, general René Ojeda, anunciou tempos atrás a inauguração de uma sistema chamado de *Digicom*. Fabricado por *E-Systems of Garland*, trata-se de um sistema de comunicação digital, que estabelece a conexão entre os carros de patrulhamento, os controladores das mensagens policiais e os sistemas de processamento de dados da Argentina. Terminais estão localizados em cada carro de patrulha. As mensagens interligadas de um carro de patrulha — por exemplo, o nome de uma pessoa presa nas ruas de Buenos Aires — é remetido ao quartel — general de polícia e automaticamente gerada uma investigação no sistema central de processamento de dados, alimentado por outro sistema de computador. Tais instalações são usadas nos Estados Unidos, mas em Buenos Aires, de acordo com fontes do próprio *Digicom*, o expedidor da mensagem pode ainda lançar numa tela um mapa do distrito onde foi provocada a ocorrência. Nes-

te mapa, pontos que representam a localização do carro de patrulha são usadas para coordenar as manobras da polícia.

Outra engenhoca, que também se acredita ser de procedência norte-americana, recentemente adquirida pelas autoridades da Argentina, é um rádio-transmissor especial, conhecido como "carrinho de mão". Da mesma maneira que uma unidade de carro policial fisga o *Digicom*, o "carrinho de mão" emite sinais de rádio que podem ser localizados num mapa da cidade, por triangulação. Ao contrário dos terminais dos carros de polícia, o rádio receptor do carrinho de mão tem apenas um objetivo: detonar um engenho explosivo. Uma fonte da firma *E-Systems* disse que o sistema de Buenos Aires é a mais avançada instalação desta natureza no mundo.

A SÍNDROME DE EICHMANN

Como todas as forças policiais modernas, as agências de polícia secreta do cone sul têm à sua disposição o que há de mais moderno em termos de sistemas de informações criminais, tão sofisticados quanto os recursos de cada governo permitem. Por exemplo, de acordo com um refugiado bem informado, o sistema governamental de computação chilena armazena informação comple-

ta sobre "os opositores, aqueles considerados esquerdistas ou suspeitos. O computador controla todos os acontecimentos". Na América do Sul, sistemas deste tipo funcionam em computadores de procedência norte americana — os Estados Unidos e o fornecedor tecnológico preferencial neste hemisfério.

Os fabricantes dizem que não estão a par de que estes equipamentos são usados pela polícia política secreta. Admitem também que não lhes é possível controlar como serão usados seus equipamentos, pelos compradores. Alguns vendedores alegam que eles não podem se responsabilizar pelos resultados do emprego dos produtos que vendem.

"Estamos numa posição similar a de um fabricante de carro", afirma um diretor de informações da IBM, Dan Burnham. "Se a General Motors vende a você um carro, e você o usa para matar alguém, isto não é da responsabilidade da General Motors. Uma vez que o fabricante vende o automóvel, não há nenhuma garantia de que ele não será usado para cometer um crime".

Por outro lado, o vice-presidente da *Control Data Corp's* Roger G. Weeler, falando pela companhia, reconhece a responsabilidade do fabricante, especialmente

o fabricante de computadores de capacidades temerárias. CDC, único entre as vendedoras norte americanas, tem uma política empresarial de venda de suas máquinas a governos. "Nosso senso de responsabilidade — diz Weeler — não nos permite fornecer sistemas de processamento de dados para nenhuma propósito que desrespeite os direitos humanos e a dignidade".

Questionado se a IBM tem uma política similar, Dan Udell, um relações públicas da IBM, disse evazivamente que a "política oficial da empresa é agir em concordância com a política nacional dos Estados Unidos planejada para todos os países".

Quem parece ter melhor compreendido o fenômeno é um jornalista de Washington, Tom McChiling, que também garante ter ouvido de fontes absolutamente confiáveis, que os computadores estão sendo usados para especificar nomes, classificá-los e numerá-los em série, com objetivos políticos. De acordo com ele, referindo-se aos dirigentes de empresas que fornecem os computadores, "esse pessoal que diz desconhecer para que está servindo o computador sofre da síndrome do carrasco nazista Eichmann — eles alegam apenas que estão executando ordens"...

A conexão chilena

Como computadores, universidades, gerais e a DINA estão ligados entre si, por debaixo do balcão

As acusações e consequências comprovadas da utilização de computadores de fabricação norte-americana pelos órgãos de segurança são mais fartas para o caso do Chile. No DOSSIÊ de posse do órgão *CLAMOR* há histórias relacionadas em minúcias, episódios citados por exilados daquele país, e uma intrincada relação de parentesco e hierarquia entre autoridades, que permitem aclarar uma autêntica conexão entre os equipamentos de processamento de dados e a DINA, o auge político do general Pinochet.

Inúmeros refugiados chilenos relataram no exílio os métodos adotados na identificação dos cidadãos, quando ocorriam prisões em massa no país: aqueles que eram arrebanhados na marra por órgãos de segurança entregavam sua carteira de identidade, a qual era submetida à verificação com uma rapidez tal que chamava a atenção dos presos. Os suspeitos eram separados imediatamente do conjunto dos detidos e as carteiras de identificação eram logo devolvidas para aqueles que iam ser liberados. A rapidez na checagem de nomes, nesses processos de prisão em massa, através da comparação nos arquivos da polícia, era um indicio cristiano de que havia um terminal de computador como intermediário da operação. Muitas histórias confirmam a rapidez e a eficácia na checagem dos DOSSIÊS no Chile. NO QUARTEL-GENERAL DA REPRESSÃO

É em Santiago que a DINA possui seu quartel-

geral. Nos antigos escritórios do Pan American Bank, um edifício de oito andares, os diretores da DINA supervisionam seu trabalho. Fontes seguras garantem que há computadores neste edifício, de fabricação norte-americana, os quais estão conectados com outros departamentos da DINA e organizações policiais, através de um sofisticado complexo chileno de telecomunicações.

A rede de comunicações no Chile inclui um moderno sistema telefônico da ITT tão eficaz quanto qualquer outro dos Estados Unidos — uma extensa rede de micro-ondas para comunicações de longa distância, ligações via satélite, e canais governamentais de rádio.

Essas facilidades capacitam a DINA com seus mais especializados funcionários. Além disso, sabe-se por fontes ligadas à ONU, que o campo de concentração conhecido como Vila Grimaldi, onde a polícia secreta tortura presos políticos, possui um extenso equipamento de comunicações. Quem primeiro botou a boca no trombone foi uma instituição que reúne igrejas católicas e protestantes, algumas delas acionistas da IBM, outrora acusada de ser fornecedora dos aparelhos para a DINA de Pinochet. Em 1975, a IBM ia instalar um computador do tipo 770/145 na Universidade de Chile, em Santiago. E o Conselho Nacional de Igrejas de Cristo interpeleu a multinacional, juntando nada menos que as proenções de 200 milhões de capital da IBM em apoio ao seu apelo: "chamamos a atenção da IBM,

para as repetidas violações dos Direitos Humanos no Chile e conclamamos a empresa a reconsiderar seus planos de instalar o 145", relembra o reverendo William Wipfler, diretor do departamento que trata dos assuntos da América Latina.

"A questão não é se a IBM venderia computadores a Hitler — complementa Wipfler. Mas se eles venderiam camaras de gás para Hitler. Em qualquer dos dois caminhos, você está fornecendo a Hitler armas. Quando você sabe quem Hitler é, você não pode alegar que não sabe o que ele fará com seu equipamento", raciocinou o representante religioso numa sutil comparação entre Pinochet e Hitler.

Um dos assessores da IBM, o sr. Burnham, é claro que via a questão sob outro prisma: "os chilenos adquiririam um 145 e nos disseram que não o estavam fazendo para aplicação em objetivos de inteligência". A IBM decidiu então atender ao pedido chileno. "Se eu fosse a Junta Militar do Chile, eu não iria colocar meu computador na Universidade do Chile", ponderou Burnham. Entretanto, ele mesmo diz ter conhecido de que os generais tomaram conta da universidade.

Quando foi interpeleado, no encontro anual de acionistas de 1975, o presidente da IBM, Frank Cary, respondeu simplesmente: "Não pensamos em um computador de um computador no campus da universidade do Chile tem qualquer implicação sinistra".

Mas, pelo sim, pelo não, pressionada, a IBM en-

viu um de seus executivos, Dan Udell, para Santiago, a fim de verificar "in loco" o que estava se passando. Sua conclusão: "Checamos o negócio em detalhes. O computador é usado para folhas de pagamentos, para processamento de testes de estudantes de estatísticas e aplicações universitárias. No melhor do nosso conhecimento, não há qualquer outra aplicação".

POR BAIXO DO PANO
A polémica entre o conselho de igrejas e a direção da IBM, tendia a ficar circunscrita à celebre configuração jurídica da "minha palavra contra a dele". Mas dados novos surgiram no cenário. Pouco depois do encontro anual de acionistas da IBM, o general Pinochet entregou à Universidade Técnica do Estado um outro computador IBM. Enquanto as igrejas e Mr. Cary debatiam o assunto, o novo equipamento recebia os últimos retoques na instalação.

Esse segundo computador de acordo com as investigações efetuadas pela revista *Computer Decisions* estabelece inequívocas conexões entre a universidade e a polícia secreta chilena, uma ligação típica das inúmeras que ocorrem entre várias instituições do país. É o que o DOSSIÊ do *Clamor* permite demonstrar a seguir.

A direção do bureau de assistência a computadores no Chile é a ECOM — Empresa Nacional de Computação — uma organização que fornece uma extensiva manutenção de computadores ao governo. A afinidade existe há muito tempo, de acordo

com um refugiado chileno, que vive atualmente na Inglaterra. Mas a mesma fonte indica que a afinidade agora inclui manufatura de computadores para as operações da DINA.

O presidente da ECOM é René Peralta, um antigo oficial da marinha chilena. Ele é também antigo dirigente de processamento de dados na Universidade do Chile, o pessoal mais organizado e treinado no uso de 370/145. O dirigente principal da ECOM é um antigo general do Exército chileno.

A mesma fonte informa ainda que os sistemas da ECOM incluem computadores potentes e modernos de origem norte-americana. Os serviços fornecidos pela ECOM incluem o tele-processamento. No dia 20 de maio de 1975, o general Pinochet dedicou um 370/145 para a Universidade Técnica. Este computador estava sendo conectado a outros CAMPUS por linhas de telex, segundo informam fontes chilenas.

O sistema da Universidade Técnica é uma das muitas partes da Associação Chilena de Centros Universitários de Computação. Entre os membros desta associação estão a Universidade do Chile, a Universidade Católica, a Universidade de Concepción e ECOM.

Hoje, a Universidade Técnica é dirigida pelo coronel de Exército Reyes. Comentando este fato, um exilado bem informado disse que "a integração entre as universidades e os militares são naturais do Chile". Além de Peralta, há outra figura cujo nome aparece quando há discussão

sobre computadores e repressão no Chile: E. Patricio Leniz, um antigo engenheiro civil, que, de acordo com fontes bem informadas, é homem chave nos projetos de computadores da DINA.

Patricio Leniz é o irmão de Fernando Leniz, antigo ministro da Junta Militar Chilena. Fernando Leniz é também o antigo dirigente do "El Mercurio", o jornal da extrema direita chilena.

Após ter conhecimento desta rede de integração, o reverendo Wipfler só pôde afirmar com certo desconsolo, durante a reunião anual de acionistas do ano de 77 da IBM: "O que não sabemos, Mr. Cary, é que tanto os equipamentos da Universidade Técnica do Estado, quanto os da Universidade do Chile seriam conectados ao ECOM, a repartição nacional que fornece assistência de computadores para a DINA, a infame organização policial secreta chilena", acrescentando ser este conjunto de informações convincentes de que a tecnologia da IBM estava a serviço da repressão ao povo do Chile.

BURLANDO O BLOQUEIO DOS EUA

Em pelo menos um episódio fizeram-se surtir os reflexos da campanha de denúncias contra a política da IBM de fornecer equipamentos para facilitar a repressão das ditaduras latino-americanas. De acordo com o relato do reverendo Wipfler, a firma *ROCKWELL INTERNATIONAL* não conseguiu licença do governo norte-americano para exportar ao Chile equipamentos de registro de impressões digitais, que fariam parte de uma vasta aparelhagem

destinada a manter em âmbito nacional DOSSIÊS sobre os nove milhões de cidadãos chilenos, à disposição de centrais de polícia de todo o país.

Wipfler denunciou então, que, mesmo, diante do bloqueio interposto pelo Departamento do Comércio do governo norte-americano, "o governo chileno tentava burlar a política dos Estados Unidos", através de manobras que envolviam a própria IBM. O governo de Pinochet havia decidido, diante da negatividade, ele mesmo fazer a montagem do equipamento com a ajuda de consultores experimentados. A embaixada chilena em Washington enviou cartas a pelo menos quatro prestigiadas empresas de consultoria (uma na Califórnia, duas em Washington, e uma na Pensilvânia) com propostas que visavam estabelecer tal sistema. Uma fonte de uma destas firmas afirmou que estava implícito de que o sistema requerido deveria funcionar em dois computadores IBM 370-145, instalados no Chile...

O representante das igrejas católicas e protestantes no encontro anual da IBM 77 só pôde então concluir da seguinte maneira, diante de mais esta "coincidência", "nós esta-

**Va próxima semana:
os "desaparecidos",
um drama continental!**